

**MULHERES E NEGROS NA POLÍTICA:
ESTUDO EXPLORATÓRIO
SOBRE O DESEMPENHO ELEITORAL
EM 4 ESTADOS BRASILEIROS**

RACHEL MENEGUELLO

BRUNO WILHELM SPECK

TERESA SACCHET

MAÍRA KUBIK MANO

FERNANDO HENRIQUE DOS SANTOS

CAROLINE GORSKI

**CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA - CESOP
UNICAMP**

Mulheres e Negros na Política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros

**RACHEL MENEGUELLO
BRUNO WILHELM SPECK
TERESA SACCHET
MAÍRA KUBIK MANO
FERNANDO HENRIQUE DOS SANTOS
CAROLINE GORSKI**

1ª edição

Centro de Estudos de Opinião Pública
Universidade Estadual de Campinas
Campinas
2012



**M898 Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o
desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros /
Rachel Meneguello...[et al] - - Campinas, SP :
UNICAMP/CESOP, 2012.
106p. : il.**

**1. Eleições. 2. Partidos políticos. 3. Mulheres na política.
4. Negros na política. I. Meneguello, Rachel, 1958-
II. Universidade Estadual de Campinas. Centro de Estudos de
Opinião Pública. III. Título. IV. Série.**

ISBN 978-85-65749-00-8



CDD 324

Índices para catálogo sistemático

Eleições	324
Partidos políticos	329
Mulheres na política	320.082
Pesquisa antropológica	301.451

**Capa: Luciana Bueno
Impressão
Gráfica Central da UNICAMP**

Sumario

Apresentação	4
<i>I. Alguns condicionantes do déficit representativo das mulheres e negros na política</i>	5
<i>II. Financiamento de campanhas de homens e mulheres candidatos a deputado estadual e deputado federal nas eleições gerais de 2010 no Brasil</i>	67
<i>III. Referências Bibliográficas</i>	103

Apresentação

Esta publicação apresenta os resultados gerais da pesquisa *Representação Política, Gênero, Raça e Etnia: Condições, Obstáculos e perspectivas no Brasil*, desenvolvida pelo Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade de Campinas junto à UNIFEM, órgão das Nações Unidas para o Empoderamento das Mulheres, entre os meses de Agosto de 2011 e Março de 2012.

Nessa pesquisa, buscou-se apreender alguns dos constrangimentos que condicionam a baixa presença das mulheres e negros nas instâncias representativas do país. O projeto foi desenvolvido a partir de duas abordagens. A primeira teve como objetivo produzir e analisar informações novas sobre as condições da política e seus constrangimentos para a participação das mulheres e negros na política representativa, a partir de entrevistas em profundidade com parlamentares e membros de partidos políticos. Com base em 42 entrevistas qualitativas, distribuídas em quatro estados da federação, a saber, São Paulo, Bahia, Santa Catarina e Pará, a pesquisa produziu informações valiosas sobre as dificuldades de acesso à política institucional e os entraves presentes nos partidos políticos; as concepções partidárias sobre a representação de homens e mulheres na política; o impacto das dimensões da vida privada que marcam a difícil conciliação entre família e política, e as percepções sobre as mudanças recentes na política nacional, traduzidas, sobretudo, na ascensão de Dilma Rousseff como primeira presidente da República.

A segunda abordagem desta pesquisa procurou apreender o contexto no qual as mulheres candidatas disputam cargos eletivos. Com base nos dados de financiamento de campanhas para as eleições de 2010, foi desenvolvida uma análise do desempenho eleitoral de mulheres disputando cargos eletivos para a Câmara Federal e Assembleias Legislativas nos estados incluídos neste estudo, São Paulo, Santa Catarina, Bahia e Pará. Os resultados gerais apontam o papel central do financiamento das campanhas na explicação do desempenho, que aporta, assim como as demais dinâmicas da competição eleitoral, distinções significativas entre homens e mulheres.

I.

Alguns condicionantes do déficit representativo de mulheres e negros na política

RACHEL MENEGUELLO
MAÍRA KUBIK MANO
CAROLINE GORSKI

1.1 Introdução

Este trabalho acompanha boa parte da literatura sobre a relação entre mulheres e política que investiga os condicionantes da sua baixa presença nas instâncias parlamentares. Em linhas gerais, a literatura aponta entraves para a participação das mulheres nas dificuldades enfrentadas para a construção de carreiras políticas, promovidas tanto pelo descompasso entre as dinâmicas das vidas privada e pública, quanto pelo ambiente político e institucional, em que são enfatizadas as regras do sistema eleitoral e as medidas legais para garantia do equilíbrio representativo (ARCHENTI y TULLA, 2008; DIAZ, 2003; CAUL, 2001).

O caso brasileiro segue esse cenário. Se no âmbito das relações culturais e da divisão de tarefas, as mulheres envolvidas com a política sofrem as imposições da acumulação das jornadas familiar e política, no âmbito das relações partidárias de poder, as desvantagens têm impacto no acesso ao financiamento eleitoral e, como consequência objetiva e direta, sobre o desempenho eleitoral (GROSSI e MIGUEL, 2001; MIGUEL e BIROLI, 2009; SPECK e SACCHET, 2012a). Apesar da existência da lei de cotas, as análises apontam a presença da dupla barreira da sub-representação entre candidatos e a desvantagem ou entraves para o acesso aos recursos políticos partidários.

Sabemos que tais entraves também são relacionados às determinações do sistema eleitoral de lista aberta que rege as disputas proporcionais no país. Embora este aspecto não tenha sido explorado neste trabalho, o fato é que esse mecanismo conduz a estratégias de campanha centralizadas no candidato (NICOLAU, 2006; CAUL, 1999) e potencialmente amplia o desequilíbrio entre candidatos homens e mulheres.

A literatura internacional aponta efetivamente cenários positivos à representação feminina, associados a sistemas eleitorais que funcionam à base de listas fechadas; no entanto, essa literatura não se debruça sobre os problemas da organização interna partidária, que abrangem a dinâmica de recrutamento de candidatos, a composição das instâncias diretivas e a distribuição de recursos políticos partidários e de campanha.

Nessa direção, um dos panos de fundo para esta investigação esteve na hipótese de que os entraves à participação das mulheres nas eleições residem na própria dinâmica de funcionamento dos partidos. Embora, no caso brasileiro, os estatutos partidários não apresentem diferenças significativas quanto ao processo de recrutamento e às oportunidades de acesso à representação, e que, em geral, as instâncias diretivas partidárias não contemplem qualquer equilíbrio entre homens e mulheres, a literatura indica que as diferenças no leque partidário têm efeito sobre as dinâmicas de recrutamento e acesso a recursos políticos, e que partidos localizados mais à esquerda do espectro ideológico apresentam-se como possibilidades um pouco mais amplas para a representação das mulheres (ARAUJO, 2005; PERISSINOTO e BOLOGNESI, 2009).

Esse mesmo cenário é apontado nos estudos internacionais que indicam os canais partidários como estruturas de inclusão e apoio a grupos sub-representados, e identificam nos partidos à esquerda oportunidades políticas mais amplas (KITILSON, 2006).

Com efeito, as entrevistas realizadas para este trabalho apontam que a presença de incentivos partidários responde a orientações de organização e participação políticas embasadas, em última instância, em posicionamentos ideológicos. Tais incentivos fundam-se, por exemplo, nas relações anteriormente estabelecidas com os movimentos sociais, especificamente os movimentos de mulheres e de negros, mas não apenas estes. Por outro lado, embora as informações coletadas indiquem os vários partidos como territórios permeáveis ao tema da presença das mulheres na política, as entrevistas apontam que, para todos os partidos abordados, essa sensibilidade temática não se traduz em uma distribuição equilibrada de recursos de campanha.

Ainda na direção de investigar a sub-representação de grupos e minorias, é interessante mencionar que parte da literatura internacional enfatiza que, apesar dos constrangimentos promovidos pela “dupla desvantagem” das mulheres negras sobre as oportunidades e chances na dinâmica eleitoral, o problema da sub-representação de mulheres e negros nas casas legislativas deve-se fundamentalmente à sub-representação das mulheres em geral, negras e não-negras

(MONCRIEF; THOMPSON; SCHUMANN, 1991; BARRET, 1997; DARCY; HARDLEY; KIRKSEY, 1997).

No caso brasileiro, há poucos estudos sobre a representação parlamentar dos negros, assim como sobre os constrangimentos que afetam candidatos negros, homens e mulheres, e suas possibilidades de eleição (OLIVEIRA, 1991; JOHNSON III, 2000), algo devido, em boa medida, ao déficit de dados e informações precisas a respeito, tanto no âmbito dos partidos quanto dos órgãos da Justiça Eleitoral. A análise das entrevistas apresentadas adiante procura colaborar com a diminuição dessa lacuna.

O segundo pano de fundo para esta investigação foi o peso da política tradicional e dos entraves culturais que caracterizam as dificuldades de acesso das mulheres às instâncias de representação. Tais dificuldades, por um lado, resultam das formas de organização da política partidária, uma dimensão predominantemente masculina da política brasileira; por outro, são resultantes da dinâmica de relações culturais da esfera privada, que dificultam a intervenção pública e participação das mulheres e que marcam o acesso e a rotina política das parlamentares.

A análise do material coletado corrobora estudos que apontam as dificuldades de conciliação entre as dinâmicas das esferas privada e pública, entre a vida familiar e a vida política, como constrangimentos básicos ao maior envolvimento com a política partidária. Os dados também confirmam a manutenção perseverante de uma cultura patriarcal, onde o sucesso feminino na política resulta, em grande parte, da influência masculina familiar.

1.2 De quais partidos estamos falando: localização ideológica, estruturação interna e a relação com as questões das mulheres e negros na política

Realizamos entrevistas com parlamentares e membros de nove partidos, localizados no amplo espectro ideológico partidário: PP, DEM, PSDB, e PMDB, à direita e centro-direita, e PT, PC do B, PSOL, PSB e PDT, à esquerda e centro-esquerda. Sempre é controversa a localização dos partidos brasileiros na régua ideológica convencional, mas sistematizamos as organizações com base em referências bibliográficas específicas, notadamente, Mainwaring, Meneguello e Power (2000), e Power e Zucco (2009), corroboradas ainda pela análise dos estatutos partidários, onde estão expostos o ideário das organizações e suas plataformas políticas¹.

¹ O espectro adotado aqui e a organização dos dados utilizados considera os seguintes blocos: esquerda_ PSTU PCO PSOL PCB; centro-esquerda_ PCdoB PSB

O mapeamento inicial do terreno partidário em estudo foi a busca de referências tanto de formas de interlocução dos partidos com os movimentos de mulheres e negros, quanto a presença de órgãos e secretarias específicas em suas estruturas.

O quadro geral que encontramos aponta a frágil relação dos partidos com os movimentos sociais analisados, embora grande parte desse conjunto apresente organismos em suas estruturas internas. As Tabelas 1 e 2 mostram essa distribuição. Ali encontramos que os nove partidos incluem em suas estruturas secretarias ou alguma forma de mobilização relacionada à questão das mulheres, e apenas PP e DEM não incluem organismos relacionados à questão dos negros. Quanto à relação com os movimentos sociais, o cenário é distinto, e apenas PT, PSB, PSOL e PC do B apontam vinculação com organismos associados ao movimento de mulheres e de negros.

Tabela 1
Relação de Secretarias ou Núcleos dos Partidos
associados às temáticas das mulheres e negros

Partidos	Secretaria ou Núcleo de Mulheres	Secretaria ou Núcleo Racial
PT	Secretaria de Mulheres	Secretaria de Combate ao Racismo e do Estatuto da Igualdade Racial
PSB	Secretaria Nacional de Mulheres	Secretaria Nacional da Negritude Socialista Brasileira
	Movimento Ação Mulher	
PP	Progressista	Não possui
PMDB	Núcleo PMDB Mulher	Núcleo PMDB Afro
PSOL	Setorial da Mulher	Setorial do Movimento Negro
PSDB	Secretariado Nacional da Mulher	Movimento Tucanafro
		Coordenação Nacional de Combate ao Racismo
PCdoB	Secretaria da Mulher	
	Movimento Ação da Mulher	
PDT	Trabalhista	Movimento Negro
DEM	Mulher Democratas	Não possui

Fonte: Sítios oficiais dos Partidos Políticos; TSE

PT PDT; centro_ PV PPS PMDB PSDB; direita_ PTB PR PP DEM, além das pequenas legendas PAN; PGT; PHS; PMN; PRB; PRN; PRONA; PRP; PRTB; PSC; PSD; PSDC; PSL; PST; PTC; PTdoB; PTN (POWER e ZUCCO, 2009)

Tabela 2
Relacionamento entre partidos e
movimentos de mulheres e negros

Partidos	Movimento De Mulheres	Movimento Negro
PT	Marcha das Margaridas e Marcha Mundial de Mulheres	Núcleo de Parlamentares Negros
PSB	Articulação Brasileira de Mulheres e Católicas Pelo Direito de Decidir	Casa de Cultura da Mulher Negra
PP	Não faz menção a movimentos	Não faz menção a movimentos
PMDB	Não faz menção a movimentos	Não faz menção a movimentos
PSOL	Marcha Mundial de Mulheres	Possui Movimento Próprio
PSDB	Não faz menção a movimentos	Não faz menção a movimentos
PCdoB	União Brasileira de Mulheres (UBM)	União Nacional de Negros pela Igualdade (UNEGRO)
PDT	Não faz menção a movimentos	Não faz menção a movimentos
DEM	Não faz menção a movimentos	Não faz menção a movimentos

Fonte: Sítios oficiais dos Partidos Políticos; TSE

É importante sublinhar a presença do tema da mulher na política no âmbito partidário. A Lei de Cotas teve certamente papel no estímulo dos partidos à participação das mulheres no processo eleitoral. Em 1997² a lei definiu 30% das candidaturas a cargos eletivos por voto proporcional de cada partido ou coligação destinadas às mulheres; mas esta é apenas uma recomendação às organizações, sem sanções específicas, resultando na lenta transformação da política tradicional em que a presença masculina predomina nas listas de candidaturas e de parlamentares eleitos (ver ARAÚJO, 2008). Em 2010, apenas 20.2% do total de candidaturas registradas a todos os cargos foram de mulheres, sendo apenas 19% dos candidatos a deputado federal e 20.6% dos candidatos a deputado estadual. Esses são percentuais substantivos, comparados a 2006, quando foram registradas 14% de mulheres no total de candidatos, sendo 12,7% para a Câmara de Deputados, e 14% para as assembleias legislativas (dados do TSE). Esse aumento, no entanto, não teve reflexo nas candidaturas eleitas. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, em 2006 foram eleitas 123 deputadas estaduais (11,6%) em um universo de 1059 deputados no país, e 45 deputadas federais (8,8%) em um universo

² A Lei nº 9.100 de 1995 estabelecia o mínimo de 20% de vagas de cada partido ou coligação destinadas a candidatas mulheres; dois anos depois, a Lei nº 9.504 de 1997 aumentou o mínimo para 30% das vagas.

de 513 deputados na Câmara Federal. Em 2010 foram eleitas 133 deputadas estaduais (12,4%) em um universo de 1063 deputados, e 44 deputadas federais (8,5%).

Uma análise da organização interna dos partidos estudados mostra que os incentivos criados pela Lei de Cotas também não tiveram efeito sobre as instâncias diretivas partidárias. Os estatutos da maioria dos partidos analisados não indicam incentivos objetivos à participação partidária das mulheres. Com a exceção do Partido dos Trabalhadores, que em sua última reforma estatutária de fevereiro de 2012 definiu a paridade entre homens e mulheres nos órgãos de direção³, não há outras organizações que traduzam na dinâmica interna a sensibilidade à participação das mulheres definida para a dinâmica eleitoral. A Tabela 3 mostra a participação percentual das mulheres nas Comissões Executivas Nacionais dos partidos analisados em suas composições atuais definidas entre 2009 e 2011. Os dados destacam o PT com 40%, seguido do PCdoB com 29%. Os partidos situados à direita, DEM e PP não chegam a 10%.

Tabela 3
Participação das mulheres na
Comissão Executiva Nacional dos partidos

% mulheres e composição absoluta sobre o total	
PT	40% (8/20)
PSB	20 (7/35)
PP	8 (9/110)
PMDB	25 (2/25)
PSOL	25 (5/20)
PSDB	11 (4/36)
PCdoB	29 (30/102)
PDT	11 (2/18)
DEM	6 (5/50)
PTB*	26 (20/123)

Fonte: Sítios dos partidos políticos acessados em março de 2012

*A título de informação também adicionamos os dados relativos ao PTB, completando o cenário dos principais partidos nacionais.

³ Estatuto do PT, art.22, fev/2012

No caso dos dados sobre os negros, candidatos ou eleitos, o problema de nossa investigação foi maior. A ausência de registros no TSE sobre candidaturas distribuídas segundo raça ou etnia permite apenas estimar a presença de negros nas casas legislativas através de referências alternativas, como é o caso do documento da UNEGRO (ver BRAGA e NASCIMENTO, 2010).

Segundo a UNEGRO, 43 parlamentares federais negros foram eleitos em 2010, e 30 parlamentares estaduais. Tanto no nível federal quanto estadual, é o PT que lidera o número de parlamentares eleitos, 14 em cada âmbito de representação. Dentre os estados pesquisados, Bahia elegeu 7 deputados federais e 7 estaduais, Pará elegeu 2 deputados federais e nenhum estadual, São Paulo elegeu 3 deputados federais e 3 estaduais, e Santa Catarina não teve nenhum deputado federal ou estadual negro eleito em 2010, motivo que reforçou a sua escolha nesta pesquisa.

Ainda segundo a UNEGRO, a Frente Negra no Congresso Nacional tem 220 deputados e quatro senadores, mas esse número estimado baseia-se na auto-declaração de cor/raça e no envolvimento público com a causa do movimento negro. Os dados acessados no TSE em 2012 para esta análise, no entanto, mostram divergências com relação ao documento, não no que tange a declaração de raça ou cor, mas quanto ao rol de candidaturas efetivamente registradas, limitando, portanto, uma análise mais objetiva da presença dos negros no legislativo.

1.3 Os entrevistados. Características pessoais, características políticas

Com esse cenário em mente, investigamos alguns obstáculos e entraves à ampliação da participação dos dois grupos, mulheres e negros, nas casas legislativas, segundo as percepções de parlamentares, ex-candidatos/as e membros de partidos.

A seleção dos estados de São Paulo, Pará, Santa Catarina e Bahia respondeu a critérios políticos e demográficos que combinaram a distribuição por estado da proporção de candidaturas de mulheres apresentadas em 2010 para a Câmara de Deputados e Assembleias Legislativas; o número de mulheres eleitas parlamentares por estado em

2010, e a proporção da população de negros dos estados, a partir de dados do CENSO IBGE⁴.

A seleção das entrevistas respondeu inicialmente a uma distribuição equilibrada entre os partidos selecionados, mas, em última instância, respondeu à disposição dos selecionados para as entrevistas qualitativas (a relação de entrevistados e suas características pessoais e políticas estão no final do texto). Finalmente, a intenção original de definir uma amostra composta exclusivamente de mulheres negras parlamentares ou membros de partidos mostrou-se inviável, levando à inclusão de entrevistados homens. A Tabela 4 apresenta a distribuição das 42 entrevistas realizadas por partido e por estado.

As entrevistas qualitativas foram realizadas face a face, de tipo semi-estruturadas por um roteiro de temas considerados centrais para o entendimento das percepções da política em geral e da dinâmica partidária com relação à questão central da pesquisa, e foram precedidas da aplicação de um breve formulário sobre dados pessoais e políticos gerais. A Tabela 5 sistematiza as características dos entrevistados.

Quanto às características pessoais, a amostra resultou em um conjunto de entrevistados predominantemente do sexo feminino (80,5%). Pouco menos da metade são casados (41,4%), e mais de 60% têm idade de 46 anos ou mais. Quanto à formação profissional, mais de 80% têm profissões baseadas em formação de nível superior. Finalmente, quanto à raça ou etnia, os entrevistados dividiram-se entre os que preferiram não declarar a raça ou etnia (59,5%) ou declararam-se negros (38%). Em nossa análise consideramos negros apenas os autodeclarados.

⁴ Tabela de Indicadores utilizados para seleção dos estados

	% candidaturas mulheres (2010)		% pop. negra	deputadas federais eleitas (2010)	deputadas estaduais eleitas (2010)
	AL	CD			
Pará	27	29	7.2	1	7
Santa Catarina	30	29	3.0	1	4
Bahia	11	17	17.0	1	11
São Paulo	21	19	5.5	6	10

Fontes: TSE, Censo 2010_IBGE

Tabela 4
Distribuição das entrevistas por partido e por estado

	SP	SC	BA	PA
PT		2	3	4
PSB			3	2
PP	1	2	1	
PMDB		1	1	2
PSOL	1	2	1	1
PSDB	2	1	1	1
PCdoB		1	3	2
PDT		2	1	
DEM	1			

Pesquisa *Mulheres e Negros na Política*, CESOP/Unicamp_Unifem, 2012
Obs: as entrevistas constam do Banco de Dados do CESOP/Unicamp

Interessa igualmente, caracterizar os entrevistados segundo aspectos políticos distribuídos nos dois grupos partidários, esquerda e centro-esquerda, e direita e centro-direita. O tempo de filiação partidária foi um parâmetro importante, pois tem como suposto o conhecimento e a experiência partidária, seja na dinâmica de debates e mobilização com relação às questões analisadas, seja na dinâmica das campanhas eleitorais, na qual a disputa por legendas a cargos e pelos recursos de financiamento são centrais para compreendermos o déficit representativo dos grupos investigados. A Tabela 6 mostra que a proporção de entrevistados com tempo de filiação maior que 21 anos é expressiva, sobretudo no grupo à esquerda e centro esquerda, com quase 40%. No grupo à direita e centro-direita, mais de 60% dos entrevistados já haviam mudado de sigla; no caso do grupo da esquerda e centro-esquerda, 18% já haviam pertencido a outro partido, mas nesses casos, quase todos devem-se à formação do PSOL em 2005 a partir da cisão com o Partido dos Trabalhadores.

Tabela 5
Características pessoais dos entrevistados (%/n)

Sexo	
Homens	19% (8)
Mulheres	81(34)
Faixa de idade	
25 a 35 anos	4,8(2)
36 a 45 anos	26,2(11)
46 anos ou mais	64,3(27)
Não declarou	4,8(2)
Raça/etnia (autoclassificação)	
Negra	38(16)
Branca	2,4(1)
Não declarou	59,5(25)
Profissão	
Profissão de nível de escolaridade superior	83,3(35)
Profissão de nível médio	7,1(3)
Profissão de nível baixo ou sem formação	9,5(4)
Estado civil	
Solteiro/a	9,5(4)
Casado/a	40,5(17)
Divorciado/a	21,4(9)
Não declarou	28,6(12)

Pesquisa Mulheres e Negros na Política, CESOP/Unicamp_Unifem, 2012

Além desses dados, cabe sublinhar que por volta de 30% dos entrevistados do grupo ideológico de esquerda e centro esquerda, e 30% dos entrevistados do grupo ideológico à direita não tinham experiência como candidato(a) ou parlamentar em sua trajetória, restringindo sua experiência partidária à dinâmica interna de suas agremiações.

Tabela 6
Distribuição dos entrevistados segundo
tempo de filiação partidária e grupo ideológico (%)

	Grupos ideológicos	
	Partidos de direita e centro direita	Partidos de esquerda e centro esquerda
Até 10 anos	42,9	39,3
11 a 20	28,6	14,3
21 ou mais	21,4	39,3
S/informação	7,1	7,1

Pesquisa Mulheres e Negros na Política, CESOP/Unicamp_Unifem, 2012

1.4 A dinâmica de acesso à representação, segundo os sujeitos da política

A sistematização do conjunto de entrevistas levou à organização das informações segundo sete temas:

- 1) As trajetórias políticas. A permanência da política tradicional e o predomínio do acesso ao espaço político pela via familiar nos partidos à direita. A trajetória de militância como forma predominante de acesso à política nos partidos à esquerda;
- 2) Dimensões da vida privada: a difícil conciliação política e família;
- 3) As dificuldades de acesso à política : o domínio do preconceito;
- 4) As diferenças entre homens e mulheres na política;
- 5) Percepções sobre o papel da mulher na política;

-
- 6) O duplo constrangimento _ mulheres e negros na política;
7) O financiamento e apoio institucional partidário como condições centrais à participação

A análise das informações e a exposição de trechos exemplares das entrevistas estão apresentadas a seguir.

1) As trajetórias políticas. A permanência da política tradicional e o predomínio do acesso ao espaço político pela via familiar nos partidos à direita. A trajetória de militância como forma predominante de acesso à política nos partidos à esquerda.

Um dos traços marcantes da organização da política partidária brasileira no período republicano é a presença de redes de relações familiares no espaço da política. Nossa hipótese relacionada a este aspecto estabelecia que a manutenção dessa rede de relações na dinâmica de acesso às mulheres aos partidos e à política partidária estaria concentrada nas agremiações associadas a posicionamentos à direita, em que as bases da política tradicional e conservadora estão mais presentes. Com efeito, analisada à luz dos dois grupos partidários ideológicos, a amostra dos 42 entrevistados tem como principal distinção a presença prévia de familiares na política, marido, pai ou outros parentes, sendo que o grupo ideológico à direita apresenta 70% dos entrevistados com parentes na política, enquanto no grupo à esquerda há 20% dos entrevistados.

Além disso, para os partidos de direita e centro-direita, essa característica de organização política está presente de forma indiferenciada nos estados pesquisados.

As entrevistas apontam os laços familiares como canais de acesso à política; em alguns casos, com base estabelecida há mais de três gerações:

“Meu pai era PTB, meu avô PSD. E UDN, meu padrinho (...) No golpe militar o meu pai foi o primeiro cassado de 1964, no estado de Santa Catarina. Meu pai era deputado, Ado Vânio Faraco. Meu avô era prefeito da minha terra já há 15 anos [na época do golpe], que é Criciúma. (...) E nesse ínterim eu conheci o meu marido, visitando ele, visitando meu pai. E aí - ele é 12 anos mais velho que eu - pintou um clima. Eu estou casada há 46 anos. Muito aquela coisa de termos os mesmos objetivos, (...) que na época seria ‘pessoas de esquerda’ (...) Namoramos, noivamos,

casamos... quando eu voltei da lua de mel ele já era candidato a vereador, na Içara. Já participei da campanha dele, direto; depois prefeito, depois deputado federal, 16 anos.”(Ada de Luca, PMDB/SC)

“(...) meu pai foi sete vezes deputado federal, sete mandatos de parlamentar. Meu avô foi deputado estadual por alguns mandatos, acho que dois ou três, agora não lembro. Tanto que eu tenho o Conselheiro João Ferreira de Oliveira, que foi o primeiro presidente do Banco do Brasil. Isso no lado de pai. E no lado de mãe também sempre teve uma atuação no cargo político. Meu irmão, foi deputado estadual um mandato (...) Eu acho que política fez parte da minha vida”. (Aline Lemos Corrêa De Oliveira Andrade/PP-SP)

A figura do marido aparece como canal central de acesso à candidatura partidária, através de trajetórias variadas, seja baseada na trajetória parlamentar do marido, ou baseada na trajetória do marido em cargos do poder executivo. É o caso, por exemplo, de Ângela Amin (PP/SC), deputada federal por dois mandatos, duas vezes prefeita e vereadora de Florianópolis, que apresenta sua trajetória totalmente vinculada à de Espiridião Amin, atualmente deputado federal pelo mesmo partido, duas vezes governador de Santa Catarina, duas vezes prefeito de Florianópolis e uma vez senador:

“Depois da candidatura a deputado federal, ele já se preparou como candidato ao governo do estado, em 1982. Eu participei da candidatura dele na coordenação de campanha. [...] Eu participava mais para ajudar. Tanto que na primeira nem me envolvi, o pessoal dele que veio me pedir. Como eu trabalhava muito nessa parte de secretaria, organização, tudo, eles me pediram mais para ir lá para organizar. (....) Aí o presidente do partido insistiu muito para que eu fosse candidata a vereadora, numa necessidade de fazer uma boa bancada. A prefeitura mais uma vez estava numa situação bastante delicada. Eu via a necessidade de fazer uma bancada boa e eles entendiam que eu seria um bom nome pra puxar voto. Eu realmente fiz uma boa votação. Fui a mais votada e até hoje ninguém superou em números exatos a minha votação. Eu fiquei dois anos e já saí como deputada federal também sendo a mais votada”. (Ângela Amin, PP/SC)

Os casos de Nilma Lima (PMDB/PA) e Célia Fernandes (PSDB/SC) devem ser sublinhados, suas trajetórias na política tiveram início através de cargos na gestão de Prefeito de seus respectivos maridos:

“Eu nasci em Belém, mas fiz um grande trabalho na região do município de Moju, com o prefeito de lá. Desde 2005 atuei na área social, desbravando, vamos dizer assim, árduos caminhos na área social. E como Secretária Social eu fui ali na questão voltando mais ao trabalho social vinculado aos ribeirinhos, aos quilombolas, aos extrativistas, praticamente na vulnerabilidade. (...) Eu sou casada com o prefeito [do município de Moju] Iran de Lima há mais de 25 anos de casado praticamente. E teve esse lado sempre, vamos dizer assim, voltado para a política, voltado para o desenvolvimento. E começou com um prefeito que era pai dele. Para você ter uma ideia, dos nove filhos que teve, ele (Iran) ficou com o sangue na veia. Os outros são formados, doutor, auditor fiscal. Eu comecei entrando na área social, para ser a primeira dama do município. Logo que eu entrei eu fiquei em duas áreas, eu fiquei na área social e na área também de obras, que é a minha área, design de interiores, obras, construções, e eu fiquei fascinada para ajudar ali aquela população. Mas também vendo como a área social estava esquecida.”(Nilma Lima, PMDB/PA)

(...) [o marido] foi o primeiro prefeito de oposição da cidade [Gravatá/SC]. A gente fez uma revolução na cidade, sabe a revolução assim, mostrou a outra cara. Eu fui trabalhar com ele. Fiz um trabalho social muito legal, eu assumi a Secretaria de Saúde e Promoção Social (...). Eu conto isso porque eu acho que muitas mulheres, que às vezes elas têm essas oportunidades e as pessoas não valorizam isso, não dão oportunidades para elas. Eu levei uma semana pra aceitar o convite de secretária de saúde. Aí eu aceitei, mas me assessoriei bem com médico, farmacêutico e uma assistente social, porque eu não era técnica da área”. (Célia Fernandes, PSDB/SC)

O “atalho” familiar como componente central da trajetória das mulheres nos partidos é percebido claramente por José Carlos Fernandes, membro do PSDB, que corrobora a existência da trajetória vinculante entre marido político e acesso à política:

“(…) nós só temos um número bem maior de mulheres porque às vezes o marido está na política, está no cargo e quer botar a mulher no outro, e aí com o prestígio do marido, então você vai se candidatar...” (Jose Carlos Fernandes da Silva/PSDB)

A trajetória invertida entre marido e mulher na definição de vínculos familiares e política partidária também ocorre. É o caso de Maria Alves dos Santos, secretária estadual de mulheres do PSDB/PA e secretária de assistência e desenvolvimento social do governo do Pará, que deu origem à trajetória dos familiares na política partidária. No caso desta entrevistada, sua trajetória política teve início em associação de base, depois canalizado para a vida partidária:

“Minha primeira eleição foi como presidente da Associação de Moradores da Palestina, município do sudeste do estado do Pará. Eu fui presidente por dois mandatos, primeira presidente da Associação de Moradores da Palestina e exerci dois mandatos. (...) Isso foi em 1984. Depois em 1988, eu concorri à primeira eleição para prefeita, primeira eleição do município de Brejo Grande, já que o município foi emancipado de São João do Araguaia. Consegui disputar a eleição, fui eleita. O meu pai já foi prefeito. Quando eu estava prefeita de Brejo Grande, a Palestina fazia parte de Brejo Grande. Daí a Palestina foi emancipada e logo em seguida, um mandato após o meu pai foi prefeito da Palestina. Na minha família meu pai veio depois, a primeira pessoa fui eu pelo PSDB. E agora a minha cunhada é prefeita na Palestina.”(Maria Alves dos Santos, PSDB/PA)

No caso dos parlamentares ou membros de partidos à esquerda, as trajetórias políticas são predominantemente constituídas no espaço público mais amplo, movimentos sociais, militância em comunidades, movimentos de bairro, estudantil, religiosos, sindicais e outros. Como foi mencionado, apenas 20% dos entrevistados desses partidos possuem familiares participando da política, mas essas ocorrências traduzem formas alternativas ou paralelas de laços com a

política. É, por exemplo, o caso de Luiza Maia, deputada estadual (PT/BA), que menciona em caráter de informação ter um marido político ao falar de sua trajetória que teve como base a militância na Igreja Católica e participação ativa no movimento social:

“ (...) meu marido também é político [Luiz Caetano, prefeito de Camaçari]. (.....) Minha trajetória política iniciou em Rui Barbosa. A partir dos 12 ou 13 anos eu já era militante da Igreja Católica, eu queria ser freira. Quando eu digo isso as pessoas dão risada. Eu era uma catequista da igreja católica. E alfabetizava também adultos. Eu era militante da igreja católica. E aí eu alfabetizava à noite.(...) Estudei o segundo grau e a faculdade aqui em Salvador, também participando. Lá na Central a gente fazia o movimento estudantil por clandestinidade. Em 1974 entrei para o PCdoB, que era mais clandestino ainda. E enfrentando a ditadura militar durante esse tempo todo. Fui do diretório central. Muita movimentação, muito risco de vida, mas o PCdoB preparava a gente. Aquilo é uma escola de formação política. Preparava você inclusive para morrer pela causa, pela abertura, liberdade no nosso Brasil. Foi um período muito ruim.” (Luiza Maia, PT/BA)

Este também é o caso da deputada estadual Bernadete Caten (PT/PA), com trajetória na política iniciada na militância na Igreja, e que apenas menciona o marido militante:

“Eu entrei no PT a partir de toda uma participação minha na pastoral da Juventude da Igreja Católica (...) Meu pai, inclusive, foi ministro da palavra, lá onde eu nasci [Cerro Largo, no Rio Grande do Sul], ele foi diretor de escola, professor, e minha mãe é agricultora. E lá eu iniciei, (...)uma participação no movimento da juventude católica, eu vim na verdade passar um mês de férias em Marabá. Nesse mês de férias eu recebi um convite para trabalhar numa escola. Marabá não tinha muita gente formada na época. Eu tinha me formado em Letras, em outubro eu me formei e fiz a viagem em dezembro. Aí eu recebi um convite para trabalhar, eu me encantei e pensei que seria legal ficar um ano em Marabá.(.....) Comecei a participar das reuniões da Associação dos Professores, que em 1983 foi transformada em sindicato dos professores. Sempre participei na diretoria. Bem, mas quando findou aquele primeiro ano meu, eu estava assim, muito envolvida, o

que, na verdade, mais me encantou ali em Marabá, foi a não rotina. (...) Eu cheguei justamente no período do garimpo. Aquela região estava explodindo demograficamente. Um garimpo, e assim, dentro de uma conjuntura extremada de violência, e onde os movimentos sociais, na verdade, começaram a explodir também, as organizações. (...) Depois eu trabalhei no INCRA, eu fui superintendente do INCRA por três anos, de 2003 a 2006. (...) Então, foi através do debate das CEBS, que se colocou que um partido político também poderia ser um espaço que contribuísse na transformação social, da mudança social, de construção de mais justiça, de diminuição das desigualdades, de redução da pobreza, enfim, de a gente ser cristão ativo partícipe da transformação social. Foi verdadeiramente isso que me motivou a me filiar no PT. (...) Depois da minha chegada ele me convidou para participar das reuniões do PT, então me filiei em 86 no PT. Aí eu já participava do movimento popular urbano além do movimento popular de bairro, também no sindicato dos professores. Foi assim que eu me filei ao PT e nunca mudei de partido. (...) A minha trajetória, então, eu militei no movimento sindical e no movimento popular e em 1988, eu fui candidata a vereadora. (...) ele [marido] é militante também. Ele foi um dos fundadores do partido na região. Então, eu preciso registrar isso, porque se eu estou hoje nessa caminhada, eu devo ao estímulo que ele também me deu.” (Bernadete Caten, PT/PA)

As informações mostram que os vínculos com o movimento sindical como base das trajetórias políticas predominam nas organizações à esquerda. Um exemplo é Marinor Brito, eleita Senadora suplente e à época da entrevista atuando no Senado pelo PSOL/PA:

“A primeira eleição que eu participei foi no centro cívico da minha escola. Da minha escola de primeiro grau ainda no período da reforma de 1971. Quando foram criadas as escolas de primeiro grau no Brasil. Eu fui dirigente do centro cívico da escola. Eu tinha doze anos. (...) Depois compondo o centro acadêmico, da faculdade. Depois, nós fundamos aqui no Pará, junto com outras lideranças, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública. Antes disso eu fui dirigente da APEF – Associação de Profissionais da Educação Física. E fundamos, então, aqui, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação. E por muitos anos eu fiz

parte da direção deste sindicato. Depois fundamos a CNTE – Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação, quando nós extinguímos a CPB (Confederação dos Professores do Brasil). E a gente incorporou os trabalhadores todos da educação. Estes foram os, digamos assim, os espaços que eu ocupei antes de entrar nas disputas eleitorais institucionais”. (Marinor Brito, PSOL/PA).

No caso de Ana Julia Carepa (ex-governadora do Pará pelo PT) e Eva Vilma Navegantes (secretária do PCdoB/PA), as trajetórias estiveram ligadas ao movimento estudantil:

“Participei do centro acadêmico de arquitetura. (...) Os centros acadêmicos não existiam e nós recriamos os centros acadêmicos, então do meu centro que era o centro tecnológico de arquitetura foi o primeiro. Tanto que a gente fez questão de colocar Centro Acadêmico Livre de Arquitetura, era CALA. E eu fui a primeira presidente do CALA, em 1980. Foi assim que começou a minha militância, ao mesmo tempo a luta pela democracia e também depois já começando uma militância na universidade. (...) Juntou a vontade de lutar, de fazer alguma coisa para mudar aquela realidade, tanto que quando eu fui para universidade eu comecei no movimento estudantil e logo depois eu fui na luta, no movimento popular, movimento de bairro, era a luta pelo direito de morar. Eu participava de reunião várias vezes por semana, à noite, passeatas. (...) Eu passei quase doze anos assim militando, sendo militante mesmo, de movimentos sociais, de movimento estudantil, de movimento de mulheres eu fui uma das fundadoras de movimento de mulheres que existe até hoje que chama MMCC, Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade.”(Ana Julia Carepa, PT/PA).

“Eu sempre fui militante, desde 2001. Primeiro conheci o partido a partir da UJS, que é a União da Juventude Socialista, quando eu era universitária. E como membro da UJS eu fui presidente do Centro Acadêmico do curso de Pedagogia. Fiz parte do Conselho Universitário, e daí vem crescendo o meu envolvimento político. Depois que eu me formei, pela urgência de a gente trabalhar de qualquer forma, eu passei num concurso público, num outro

município do estado. Eu passei três anos lá, sendo que lá eu me afastei um pouco do partido. Depois eu passei num concurso do estado aqui em Belém e eu voltei a militar no partido. Mesmo distante eu sempre mantive contato, quando voltei eu voltei a militar no partido, eu já voltei como candidata.”(Eva Vilma Navegantes, PCdoB/PA)

O exemplo de Luci Choinacki, deputada federal pelo PT/SC, é um destaque dentre os entrevistados. É uma das poucas entrevistadas com baixa escolaridade, sua profissão de origem foi agricultora e sua trajetória militante inicial foi vinculada movimento camponês:

“Meu sonho de menina era ser professora porque o conhecimento pra mim é uma coisa apaixonante e eu admirava minhas professoras, os professores na sala de aula ensinando. (...) Era uma aluna bastante, assim bem estudiosa e bem disciplinada, mas eu aí meu pai não gostou da sala de aula e me pôs para trabalhar. Era a filha mais velha de sete irmãos. Para trabalhar na roça e cuidar dos meus irmãos. Parecia que o mundo tinha acabado, parecia que não tinha mais vida para mim, por muitos anos. Depois, com os movimentos sociais, eu retornei a fazer militância. Aí começamos toda essa discussão da situação do campo, da falta de preço dos produtos, do abandono, do preconceito dos agricultores, das mulheres e eu comecei nessas participações em grupos de comunidades para utilizar de base mas como eu tinha uma coisa que eu gostava de conhecimento, de participar. A gente já começou participando e foi meio que assim, pelo que eu gostava. Mas eu nunca tinha sonho de ser candidata, isso não estava nos meus objetivos. Aí com o movimento de mulheres agricultoras e outros movimentos sociais do campo a gente puxou várias bandeiras, trabalhos de mobilização. Aí no grupo de mulheres que a gente estava na época, “Ah, alguma de nós vai ser candidata”, ninguém queria ser, pra falar era fácil, já, eu lembro desde aquela época, “Ah, é importante nós mulheres, nós vamos poder pedir pra nós, ir alguma de nós e representar nossas bandeiras, articular política, tal, e quem vai?”, ninguém queria. Isso foi 86, aí é o seguinte, as mulheres: “Vai tu Luci, tu tem coragem de falar”, porque o problema era falar em público, porque nenhuma das

mulheres quase falava em público, falava na roda entre a gente, mas eu já, volta e meia eu falava, quando tinha uma representação, eu ia lá, falava e defendia, com medo e engolindo metade das palavras, mas eu falava. Então, "Vai Luci, tu fala, tu vai", e eu não queria ser candidata, aí o partido, tanto as mulheres e o partido juntos discutiram que era importante eu ser candidata."(Luci Choinacki, PT/SC)

2) Dimensões da vida privada: a difícil conciliação política e família

Ao ingressar na política, seja pela via familiar, seja pela militância nos movimentos sociais, as mulheres dos dois grupos partidários ideológicos relatam um alto grau de dificuldade em combinar a participação política com a vida em família.

Dois temas principais são destacados pelas mulheres, o casamento ou as relações estáveis e a maternidade. No primeiro caso, existem dois tipos de relato: o casamento duradouro, onde os maridos são descritos como “companheiros”, muitos deles atuantes politicamente – alguns casos já mencionados acima; e as separadas ou divorciadas, sendo a atuação na política institucional um dos motivos do fim do relacionamento. Trechos de algumas entrevistas exemplificam as situações do primeiro caso:

“Eu sempre tive um marido que me apoiou muito. O mesmo apoio que eu dei todos esses anos pra ele. Então sempre foi uma troca muito grande, que eu acho que a união só dá certo quando é assim mesmo, também. Ele foi deputado 16 anos, foi presidente da Telesc (Telecomunicações de Santa Catarina), foi presidente da Casan (Companhia Catarinense de Água e Saneamento), foi secretário de Saúde, entende? Hoje ele está com 73 anos, com alguns problemas de saúde, e se afastou”. (Ada de Luca, PMDB/SC).

“Tanto a minha família por parte de mãe e pai, como a família dele nos deram grande apoio. Então, meus filhos sempre participaram diretamente ou indiretamente disso, e sempre muito compreensivos. E como mulher, esposa, são 25 anos de união, em respeito mútuo”. (Nilma Lima, PMDB/PA)

“(…) existe uma conciliação e até uma interação muito positiva. Só para ter uma ideia, eu acho que por parte dele foi uma evolução. O Esperidião, quando eu comecei a namorar com ele, não admitia que mulher trabalhasse fora. Eu já trabalhava, morava [em Florianópolis] sozinha. Eu estudava, sou do interior do Estado, e ele é daqui. Sou de uma família de nove filhos e para poder estudar, eu tinha que me virar. E de repente ele veio com essa conversa e eu disse: ‘olha então tu estás no caminho errado porque eu moro sozinha, tenho minha vida independente, casar já vai me frear algumas coisas. Quer dizer, aí não poder trabalhar? Eu não vou poder tolher totalmente a aspiração pra aquilo que eu vim para cá, para Florianópolis, buscar essa independência.’ A partir daquilo nunca mais discutimos e hoje ele é um incentivador não só na minha carreira política como em qualquer intervalo da política que eu volte à universidade. Tanto que eu hoje estou fazendo meu doutorado. Depois que eu saí da Prefeitura eu fiz um mestrado. Então existe essa cumplicidade muito forte entre nós dois.” (Ângela Amin, PP/SC)

Para o segundo caso, o trecho a seguir descreve as dificuldades de conciliação, mesmo quando marido e mulher pertencem à política:

“(....) temos um modelo de sociedade que a gente tem imposto é o homem vai para política e a mulher vai linda e cheirosa cuidar dos filhos em casa, ela também não trabalha, só é a primeira dama. Eu já tive pessoas do meu lado, uma pessoa do meu lado que era ligada ao partido e não funcionava também porque havia aquele constrangimento típico masculino de que a mulher progrediu, ganha mais visibilidade. Hoje em dia, meu companheiro, meu marido não é da política, e por um lado é muito saudável que me preserva muito a vida pessoal. Por outro lado, às vezes é meio solitário porque eu estou aqui todo dia, o dia todo então acabo não estando junto dele” (....) “não tem solução fácil, então eu já vivi com uma pessoa que era do partido e não funcionou porque a gente 24hs era aqui, e hoje sou casada com um homem que não é do partido e é mais saudável, muito mais

saudável do que era, mas tem hora que faz falta também a cumplicidade política”.(Ângela Albino, PCdoB/SC)

Com relação à maternidade, todas as entrevistadas apontaram dificuldades básicas, desde o tempo que a participação na política implicava ficar longe dos filhos, a ampliada jornada de trabalho, e a incompatibilidade de rotinas. A presença do machismo é uma constante à esquerda e à direita do espectro partidário, um fator claramente mencionado como entrave à participação. Alguns relatos mencionam levar as crianças para atividades do mandato ou do partido para manter a proximidade com elas; outros relatos afirmam a real dificuldade de conciliação de tarefas. Vários trechos de entrevistas expõem essas situações:

“[fui] uma mãe ausente, mas presente. Eu nunca abri mão de alguns aspectos. Por exemplo, levar as crianças ao colégio. Levantava cedo, arrumava, levava ao colégio. Era um momento que eu entendia que eu podia manter a conversa, o diálogo. O almoço era em casa, com eles. Era muito raro não ser assim, só quando tinha um compromisso oficial mesmo. Já o jantar é mais difícil de conciliar já que cada um tem seu horário para chegar, então esse é mais complicado. Nunca deixava de ir na reunião do colégio, para cumprir avaliação. São alguns detalhes que eu nunca abri mão. Algumas viagens de família a gente sempre procurou fazer. Eu acho que a viagem tem um processo de integração bastante importante.” (Ângela Amin, PP/SC)

“Eu tenho 5 filhos e conciliava tudo. Eu adotei duas crianças nessa época, tendo os meus, e administrava casa, filhos, o trabalho de, eu não quero exagerar, 17, 18 horas por dia”. (Célia Fernandes, PSDB/SC)

“uma dificuldade é essa tripla jornada de trabalho. (...) Realmente, temos que contar com o apoio da família. Infelizmente tinha vezes que eu vinha militar com eles pequenininhos comigo”. (Eva Vilma, PCdoB/PA)

“acaba ficando ainda na responsabilidade das mulheres a questão dos filhos, a educação do filho, a escola, e a dupla jornada, quando não tripla. Porque nós temos mulheres que estudam, trabalham e tem uma militância ainda no

movimento. Às vezes no movimento social, ou partidário. Então, para mim isso é uma grande dificuldade. Uma outra dificuldade é cultural. A sociedade machista, onde o homem é que historicamente tem atividade muito mais para fora do que a mulher, as mulheres, em geral, trazem uma grande timidez, que foi muito o meu caso. Isso para mim foi uma grande dificuldade”. (Bernadete Caten, PT/PA)

“Se eu dissesse pra você que foi fácil eu estaria mentindo, é bem difícil.,(...) É bem difícil porque eu tenho um filho especial e não existia quase nada de atenção para ele, o partido trata todo mundo igual. Não teve uma política solidária, você tem que se virar. Quando eu comecei a fazer política, tive que botar ali sempre alguém pra cuidar dos meus filhos e ajudar em casa. Uma empregada pra cuidar, levava e continuo levando os meus filhos para passar o final de semana e fazer uma agenda. Todos eles me acompanharam minha militância política, levava eles junto porque era uma forma de ficarem comigo. Não é fácil a conciliação. Eu criei meus filhos desde 1989 sozinha porque o pai deles não aguentava. Achava que a gente brilhava mais que ele porque se não conversava, se conversava achava ruim porque quem vai fazer política vai conversar com todo mundo”. (Luci Choinaki, PT/SC)

“Sou filiada desde a década de 60, estava grávida do atual presidente do partido . (...) Mas eu nunca deixei de ir numa reunião, parecia uma galinha com os pintinhos em volta, os meninos tudo ao redor. Depois os meus filhos foram criados muito a vontade. Eu acho que a gente se preocupava em que eles tivessem a capacidade de conhecer o mundo também.” Eneida dos Santos (PCdoB/PA)

“Essa é a parte mais difícil. Eu tenho um companheiro que é muito compreensivo, também veio da luta. A gente se conheceu na própria universidade, ele era professor universitário, eu era do movimento estudantil. (...) a situação difícil da mulher, quer ela queria ou não, é a de muito suporte na afetividade, dos filhos, na condução da vida, no cuidar e na proteção. Isso a gente ainda não conseguiu transferir para os homens. Eles continuam fazendo o que eles faziam e a gente tendo que fazer mais.

(...) Essa é uma parte mais difícil, e eu acho que muitas mulheres também não conseguem chegar na política porque tem esse medo, de que os companheiros não vão entender, diz que a mulher que entra na política está fadada a ser separada, eu escuto muito isso, está fadada a ser separada, ser solteira”. (Luciane Carminatti, PT/SC)

“[quando] o primeiro filho nasceu, eu pude me dedicar muito a ele, cuidar muito dele, de lavar as fraldas. Eu conciliei, mas sempre levava ele para reunião. Mas quando a minha filha nasceu já, quase dez anos depois, eu era vereadora, já era uma pessoa pública. No plenário, quando as discussões se alongavam, a sessão se prorrogava, minha roupa começa a sujar do leite. Aí chegou um ponto de eu mandar buscar minha filha para dar de mamar para ela, eu corria no gabinete e dava de mamar”. (Ana Julia Carepa, PT/PA)

“Quando eu entrei na política eu tinha me separado, eu sou divorciada, eles [os filhos] eram pequenos. Eu tive que conciliar bastante. Eu tive sorte com as minhas funcionárias que me ajudam em casa estão comigo desde que as crianças nasceram. São pessoas de confiança”. (Simone Morgado, PMDB/PA)

"Fui casada com um homem machista que não compreendeu o meu papel na política. Terminamos nos separando. Ele nunca atuou na política e ele não conseguia entender porque que eu fui para a política. Ele achava que o papel da mulher não era na política. E começamos a nos desentender. O preço é alto porque você desfaz um casamento, eu mesmo era casada há 15 anos.(...) ninguém deixa o filho em casa sozinho e vai trabalhar com a cabeça no lugar. Não tem condições. Então a mulher ficava, e fica ainda dentro de casa algumas, porque não tem condições de ter ninguém que tome conta dos seus filhos." (Eliana Boaventura, PP/PA)

“(...) na medida em que você vai formando família, os filhos chegam, você tem que se desdobrar. Eu passei a atuar muito no movimento sindical, fui trabalhar nos sindicatos bancários. Acabei tento que desdobrar mais e tomar conta do PCdoB, dos sindicatos e dos filhos." (Kelly Magalhães, PCdoB/BA)

“é uma batalha muito grande porque você fica de arrimo de família, tem de cuidar de tudo, de tratar de tudo, e você não tem aquele apoio. Os homens vão para a política e têm suas esposas, as mulheres sempre são extremamente solidárias com os homens. Mas a recíproca não é verdadeira. Em geral, o cara não está a fim de estar ali junto, de apoiar, de conviver com a mulher que tem uma vida pública, de assumir o ônus e o bônus dessa situação. Eu ouço isso também de outras colegas que são parlamentares. As poucas que conseguem furar o cerco não têm aquele apoio e aquela presença de um parceiro e poder compartilhar. Você vai para a vida pública levando junto a vida privada, as responsabilidades da vida privada. E isso é barra pesada.” (Olívia Santana, PCdoB/BA)

A entrevista de Jose Carlos Fernandes, dirigente do PSDB/BA traduz como as imposições das jornadas distintas são percebidas no contexto da organização partidária; sua experiência sugere que a vida política e partidária é ocupada pela mulher que abre mão da dinâmica familiar:

(...) eu acho que a própria questão da condição da mulher (...) ela coloca assim, o problema da mãe, da 3ª jornada, de você chegar em casa ter que cuidar de filho, ter que arrumar a casa, ter que não sei o que, (...) tira muita energia da mulher, e política você despende muita energia entendeu? A grande parte das mulheres que entra na política, não vou falar todas, não tenho nenhum dado estatístico, mas pelo que conheço são mulheres mais independentes, são mulheres que não tão afim de casar cedo, elas querem fazer uma carreira, elas querem se dedicar a alguma coisa, essas normalmente vão pra política. (Jose Carlos Fernandes da Silva, PSDB/BA)

Em resumo, é possível afirmar que as imposições incompatíveis das rotinas da família e da vida política estão entre os principais condicionantes do menor envolvimento das mulheres com a política partidária. Duas situações opostas traduzem as soluções possíveis constituídas frente a esse cenário: a opção pela política em detrimento do mundo familiar, e o término do relacionamento:

"(...) não é uma coisa muito fácil, de um modo geral, para as mulheres. Eu tenho uma situação um pouco especial, porque como eu fiz uma opção pela vida pública, pela política, eu larguei o doméstico. Meu marido também é político." (Luiza Maia, PT/BA)

"(...) a participação na política foi muito difícil, para mim e para o meu companheiro. Tanto é que eu me separei". (Tânia Maria Ramos, PSOL/SC)

3) As dificuldades da atuação política: o domínio do preconceito

Ao lado das dificuldades em conciliar as vidas pública e privada, as mulheres também relatam os preconceitos como constrangimentos à atuação política. Além das formas de expressão do machismo, embasado no cenário conservador da mulher como figura frágil do mundo doméstico, no caso das mulheres negras, os preconceitos são ampliados pela questão racial. As percepções das entrevistadas sobre os preconceitos atingem o cotidiano geral de suas vidas políticas, inclusive a atuação dentro dos partidos e do Legislativo. Essas percepções abrangem todos os partidos analisados:

"A primeira das dificuldades é do tempo que a gente dispõe para militar. Nós, mulheres, temos muita dificuldade de não ter apoio. As pessoas em geral já militam pouco, tanto no movimento social quanto mais ainda nos espaços partidários (...) então é um ambiente muito masculino, é um ambiente muito agressivo, muito acotovelado e às vezes é difícil superar algumas posturas assim (...)e mesmo de ordens mais subjetivas, nós somos cobradas de outra forma".(Ângela Albino, PCdoB/SC).

"(...) a única coisa que eu percebi, de quem participou do legislativo e do executivo, são atitudes de intimidação que a gente sofre, que eu tenho certeza que eu não sei se um homem sofreria". (Ângela Amin, PP/SC)

"Fui a única do PT que foi eleita, única mulher no meio de 39 homens. Imaginem a situação: eu passei pelos piores preconceitos que uma política, uma cidadã pode passar, de tratamento, que eu não tinha capacidade, como não

tinha conhecimento, não ia dar conta, que eu era pobre, não tinha dinheiro para me segurar, que isso durar 6 meses e ia ter que desistir do mandato. Para mim parece inacreditável que tudo isso aconteceu. Nem sei de onde eu adquirir essa força, uma força interna tão grande, que eu colocava como uma responsabilidade com as mulheres, com o PT, e eu precisava honrar aquele mandato porque era o início de uma caminhada que se eu não desse conta, ia se perder”. (Luci Choinacki, PT/SC)

“Eu percebo ainda muitos homens não têm coragem de dizer, mas no olhar a gente percebe sim. ‘Ah, mulher, né.. hum, tão frágil’. Tem um olhar de piedade também por parte de alguns e de machismo dos que não tem coragem de admitir”. (Luciane Carminatti, PT/SC)

“Que você cuide, você é a rainha do lar, você tem o seu legado, você já tem a sua tarefa. O que é que você quer se meter aqui? Aqui é coisa de homem’, dizem. E isso vem desde pequeninha; Você tem que ficar lá brigando todo dia para dizer: ‘Eu estou aqui, sou mulher. Preciso estar neste espaço’”. (Luiza Maia, PT/BA)

“(…) eu acho que é pouca a importância que ainda eles dão para as mulheres. Nós trabalhamos muito ainda pra ter um espaço. Não é fácil, não. O apoio é mínimo. (...) nós temos uma educação muito machista. A mulher nunca teve direito a nada, era analfabeta porque era melhor pra ser manipulada, trabalhada. Os homens se habituaram a isso. São eles que, na verdade, trabalham tudo isso. Para você conseguir esse espaço é um parto, uma loucura!” (Catarina Rossi, do PSDB/SP)

“(…) Totalmente nulo [peso da mulher no partido]. (...) Existe o PMDB mulher... Existe o PMDB mulher, mas que não tem expressividade, não tem renovação, ...no caso da Bahia, a mulher há muito anos não tem representação nenhuma. Nenhuma. Ela não, não tem peso nas decisões, não participa, nem ela, nem nós mulheres do partido.(Rosa Rocha, PMDB/BA)

“(…) a gente tem conversado bastante sobre isso no fórum - esse de instâncias suprapartidárias - e ainda é muito pouco, em todos os partidos(...) Ali a gente tem

gente do Democratas, tem gente do PMDB, tem gente do PT, do PC do B. Os partidos de esquerda tem um pouco mais de característica de ter mais mulheres do que os de direita, digamos assim os de centro. Mas ainda eles têm muito mais problemas do ponto de vista interno partidário do que a gente está tendo. E a gente acha que tem bastante problema já para encarar e desafios para vencer. E eles também tem, nessa questão da participação da mulher, problemas interno mesmo, para resolver (...) machismo mesmo seria uma das questões. Para você não abrir um espaço também até na executiva do partido, enfim, aquela pessoa que ocupa um cargo há um tempão mas não quer dar espaço para uma pessoa nova entrar(...) Então eu acho que é uma questão de estatuto, uma questão interna de cada um.” (Marianne Tilmann, PP/SC)

Algumas entrevistas apontam ainda as formas mais agressivas do preconceito, traduzidas na exposição da vida privada e nas agressões verbais que traduzem juízos machistas sobre a presença da mulher na política:

“(...) é uma dificuldade, não é só um pouco maior, você ser sozinha, mulher do PT, mas é muito maior você ser separada, mulher do PT. É um trio de combinações assim muito difícil, porque aí entra o preconceito muito forte, muito forte. Como mulher separada eu fui muito vítima disso. Exercer o mandato de governadora foi uma coisa completamente absurda em que as pessoas inventavam, falavam, uma coisa maluca”. (Ana Julia Carepa, PT/PA)

“ [eu me considerava] tímida demais para ser candidata. (...) Eu achava que eu não tinha capacidade, não tinha condições, eu realmente me subestimei, ‘não é para mim’. Eu quero dizer a vocês que eu tive muitos momentos de desespero, de choro mesmo. Eu já saí chorando de frente de empresários, de comerciantes, onde a gente ia pedir ajuda, onde mandava eu voltar um, duas, três, quatro, na quinta vez ninguém aguentava mais, eu me estourei na frente de alguns, porque eu me senti desrespeitada. Talvez com homens eles não fariam o que fizeram comigo mulher”. (Bernadete Caten, PT/PA)

“(…) na minha opinião, ainda há muito resquícios da discriminação contra a mulher. A mulher não tem nada a ver com política, mulher burra, essas coisas chulas que a gente ainda ouve falar. Ouvi: ‘Vai trabalhar, vai cozinhar para o seu marido’, esse tipo de coisa. Não diretamente comigo, mas eu já observei com outras camaradas. Então, isso me chocava, caramba, assim fica complicado, a gente não tem esse apoio da sociedade. É mais difícil. Outro dia eu estava falando com um colega meu, vai lá participar, ah eu não quero participar, não me chama para esse negócio de mulher.” (Eva Navegantes, PCdoB/PA)

Entretanto, cabe destacar o dissenso entre as mulheres entrevistadas sobre a constituição do terreno para o preconceito. A culpabilização das mulheres pelas próprias mulheres é uma variável presente na percepção das dificuldades da vida política. É o que traduz o trecho de entrevista a seguir:

“Não só minha [a dificuldade], mas de todas as mulheres: não é fácil. Às vezes a gente anima as mulheres a participar da vida ativa política, mas não é fácil. Não é fácil, realmente a mulher ainda tem muito a conquistar e às vezes eu acho que a culpa é da própria mulher porque ela tem que conquistar, na minha ótica, primeiro o espaço dentro de casa. Ela tem que conquistar primeiro a independência econômica”. (Ada de Luca, PMDB/SC)

Nessa mesma direção situa-se a percepção de que a condição adversa da mulher na política resulta do desinteresse e da baixa autoconscientização de seu papel. Nos casos em que opiniões ocorrem nessa direção, elas residem nos partidos à direita. Sem necessariamente corroborar a idéia de que nesses partidos se estabelece uma dinâmica conservadora, as opiniões indicam que a superação do baixo envolvimento reside nas próprias mulheres.

Nessa direção apontam as opiniões de José Carlos Andrade do PSDB/BA e Aline Andrade (PP/SP) mas que, igualmente, indicam que é tarefa partidária criar o estímulo e canais de acesso:

"eu acho que é a mulher que não tem participado. Talvez não tenha participado para não se contaminar ou fica com medo de entrar naquele jogo sujo que ela vem resistindo. O fato de você ter menor desempenho e menor número de mulheres vitoriosas também na política é a pauta de

militância, delas estarem dentro da militância política. Se você chegar no diretório acadêmico da universidade você vai ver que tem muito mais homens no diretório do que mulheres e muitas mulheres que vão para o diretório vão porque tem os gatinhos lá e tal. Muitas vezes não vão com a convicção de que vão fazer política estudantil. Eu acho que é um tipo de consciência das mulheres. (...) Até por falta de filiada mulher que quiser se candidatar. (...) "Não, não quero saber disso não, só estou filiada aí só para ajudar o partido, faço minha política com as amigas... mas eu não quero... não quero um cargo partidário.(...) Então eu fui atrás de presidente de associações, de clube de mães, de escola-creche, profissionais liberais, até advogadas, tem uma que mexe na área de turismo. Eu fiz um... digamos assim, (...). uma garimpagem mesmo, (...) E foi difícil convencer(...). Eu chamava para uma conversa pessoas que eu conhecia, pessoas que eu tinha boas informações, que tinha relações com o partido ou com alguém do partido; eu telefonava, marcava uma conversa como eu estou tendo com vocês e a partir dessa conversa eu falava tudo isso para ela, que eu acreditava muito nela e que o futuro de mudar a política é justamente você introduzir o novo na política - que é o jovem e a mulher" (José Carlos Fernandes da Silva, PSDB/BA)

"A mulher se interessa pouco por política. A mulher, sem perceber, faz política no seu dia-a-dia". E divaga: "se a mulher primeiro percebesse que a política é um fator do instrumento que decide, que tem o poder de mudar a vida nas comunidades. (...) Eu não vejo nenhum partido fazer formação pra mulher ser candidata... o que é uma mulher ser candidata, o que ela vai ter que passar, o que é uma vida depois, pós- eleita, o que eu posso te oferecer em termos de partido, em termos de material? Existe uma reclamação geral dos partidos em relação a não ter mulher para ser candidata, mas também não tem um incentivo. Digo no meu partido e nos demais".(Aline Andrade, PP/SP)

Com relação aos entraves apresentados pelos partidos, alguns relatos exemplificam os preconceitos percebidos pelas entrevistadas tanto traduzidos na falta de estímulos de participação, na preferência por candidaturas masculinas e na falta de apoio financeiro, quanto na desqualificação da pauta de questões defendidas:

"(...) as mulheres têm tripla jornada de trabalho, e elas dependem basicamente do apoio familiar para ir para a vida pública. E isso nem sempre é possível. Os partidos políticos, no geral, não estimulam a participação feminina na política". Maria Lúcia Cardoso (PSDB/SP)

"(...) as candidaturas masculinas têm um certo privilégio, tem um apoio maior. As candidaturas, especialmente as candidaturas que estão colocadas há mais tempo, que participam de determinadas estruturas – e que naturalmente acabam sendo as dos homens –, têm um suporte maior. (...) para participar de uma eleição, você precisa primeiro estar inserida em um partido. E os partidos ainda não tem a estratégia de olhar a mulher como alguém que pode ter as mesmas condições de disputa num processo eleitoral." (Kelly Magalhães, PCdoB/BA)

"No começo eu ficava falando sozinha, parecia que eu estava fora do lugar, falando de coisas estratosféricas. E era assim: 'Ah Olívia, você só fala de negros. Você só fala de questão racial. Você precisa ampliar o discurso. Você precisa tratar de outras questões'. E a gente sempre fazia esforço, estudando e buscando contribuir com o debate mais amplo sem perder a perspectiva da questão racial que é a questão que, para mim, é crucial nesse debate. (...) não há estímulo à participação da mulher nas estruturas políticas. Além de haver uma cultura que sempre manteve a mulher no âmbito do privado e convencionou de que a vida pública é dada aos homens, então isso é uma cultura patriarcal que sempre marcou a estrutura social brasileira". (Olívia Santana, PCdoB/BA)

"os próprios negros são preconceituosos, têm os problemas. Entendeu? Porque eu passei uma dificuldade muito grande a última eleição." (Elisete Kons, PDT/SC)

"(...) há ainda a questão do assédio e da falta de respeito. Porque quando se é uma mulher bonita, jovem e que se impõe é pior ainda que o próprio partido lima você, te exclui. As poucas mulheres que existem hoje com algum cargo político ou dentro da política, ou é amante deles ou é esposa deles ou é parente deles, entendeu? Algo assim,

nada a mais, um ser mortal comum, jamais pode pensar em entrar. (...) A mídia aqui, os políticos aqui fabricam políticos. A política aqui hoje na Bahia é de quem é pop star. Pega um rostinho bonitinho, um corpinho bonitinho e se for caso, amante ou parente do político que está atuando, aí sim você vai ter uma chance, isso aqui é em geral".(Rosa Rocha, PMDB/BA)

"Muitas mulheres não têm condições, não intelectuais, mas condições financeiras. Você muitas vezes precisa de um apoio. O partido coloca a mulher lá, mas ele não dá um apoio, não ajuda. Se você for no Congresso Nacional, você vai que uma é esposa de alguém, ou algum político. As mulheres em geral têm dificuldades porque somos uma minoria no partido e no plenário. E as próprias mulheres também não se unem. Se as mulheres se unissem, elas iam votar mais em mulheres que em homens". (Sandra Tadeu, DEM/SP)

4) As diferenças entre homens e mulheres na política_ a visão predominante essencialista

As entrevistas apontam em geral uma visão diferenciada das mulheres na política. É notável a visão essencialista das parlamentares sobre o papel e significado da mulher na política, identificando características definidas pela natureza específica da mulher. Para a maioria dos relatos, sensibilidade, honestidade, feminilidade e cuidado emergem como características exclusivas de efeito positivo na atuação feminina política mais ampla, funcionando como um acréscimo qualitativo à composição das diferentes instâncias do Executivo e do Legislativo brasileiro. Para a maioria das entrevistadas, sem distinções ideológicas, ética e honestidade emergem como características associadas ao gênero:

" (...) a mulher é mais objetiva, sincera e mais transparente. A mulher é de menos negócios. Não é negócios no sentido dinheiro. Ela é mais, assim ó: 'vamos fazer isso? Vamos. Então vamos começar, vamos começar hoje. Pá, pá, pá'. O homem não entende, ele vai lá e pergunta para o Pedro, depois pergunta para o João, aí depois ele fala com o Joaquim. Ainda vai mais de mês para tomar a decisão do que fazer. Mas nós, por termos tudo isso acumulado, nós fizemos tudo isso. Nós fomos

educadas com tudo isso, essas mulheres todas acumuladas, como eu falei, numa só. Se ela protela seus serviços, não rende. É muita coisa para dar conta. Num cargo eletivo, ou no executivo, ou profissional, ela também é assim. Não deixa para amanhã o que pode fazer hoje, porque foi a educação que ela recebeu de berço.” (Ada de Luca, PMDB/SC)

“(…) a diferença é o cuidado com a cidade, é o zelo. Tinha coisas com as quais eu era muito impertinente: a limpeza, a flor, o zelo, a criança - não tinha criança, mas se tinha uma criança na cidade eu criava encrenca com as assistentes sociais. Então eu tinha aquele cuidado, o olho”. (Ângela Amin, PP/SC)

“Queira ou não, nós temos mais sensibilidade que os homens”. (Simone Morgado, PMDB/PA)

“(…) as mulheres são mais dedicadas.(…) Eu vejo a atuação das mulheres mais recheadas de poder, de decisão. As mulheres estão mais à frente das coisas, elas chamam para si certas responsabilidades. Então vejo as mulheres mais fortes, fortalecendo cada vez mais”. (Eva Vilma, PCdoB/PA)

“ (…) faz diferença sim, Eu vejo que as mulheres são muito apaixonadas, a gente põe muito o coração no que a gente faz, em tudo. Eu sou assim, eu faço o que eu faço por amor e ponto. Não são todas as mulheres claro, mas que eu vejo isso em muitas mulheres que se faz a política com mais paixão, mais emoção”. (Ana Julia Carepa, PT/PA)

"A mulher é muito comprometida com tudo o que ela faz. O que eu vejo é que nas comissões existe uma participação maior da mulher. (Aline Andrade, PP/SP)

"Ela é contra a corrupção. A mulher é muito mais ética, ela quer mais que as coisas funcionem direitinho. Ela leva o trabalho muito mais a sério. Quando ela se propõe a fazer alguma coisa, ela fica ali batalhando, trabalha, luta por aquilo. Acho que no parlamento, ela teria muito mais chance de se sobressair... e ganhar inclusive espaços, porque realmente ela leva mais a sério a coisa". (Catarina Rossi, PSDB/SP)

" (...) [há] o olhar diferenciado da mulher. Ela tem um foco social, uma capacidade conciliadora, articula e conversa muito mais. Ela tem autoridade com argumentos e não com a força. A força da mulher está muito na sensibilidade, na intuição dela, e na forma firme de ela se manifestar. Eu vejo muito mais que a mulher – pode parecer uma frase discriminatória, mas eu acho assim – tem o discurso e ação mais consistente do que o discurso do homem. A mulher, quando vai para vida pública, vai por uma insatisfação da sociedade que ela vê. Ela põe o dedo na ferida social e propõe soluções para que aquela situação mude. Ela vai com olhar de promoção, não vai com olhar de fisiologismo. Eu acho que a mulher, nesse aspecto, é mais firme. Ela acha que a mulher ela pode ajudar a transformar socialmente a comunidade em que ela vive, muito mais que o homem". (Maria Lucia Cardozo Amary, PSDB/SP)

"A mulher, eu acho que pelo fato da feminilidade, da responsabilidade, que muitas vezes as mulheres já logo cedo vão tendo uma certa responsabilidade, desde o berço: se a mãe é trabalhadora e tem uma filha mais velha, ela fica gerenciando; ela tem a sensibilidade, o coração dela é maior em termos de sentimento, nós temos uma capacidade. A gente às vezes olha muito mais lá na frente do que os homens." (Sandra Tadeu, DEM/SP)

"Eu vou dizer a você que ela humaniza mais a política, além de qualificar o trato e as relações, e quebrar os paradigmas que a gente já citou aí. Não dá para julgar um mandato masculino ou feminino como mais capaz e outro menos capaz. Agora uma coisa é muito clara, a presença da mulher por si só já chama para uma linha de debate e de discussão mais respeitosa, mais ético. Porque a formação nossa é a formação dentro da vida selvagem, do macho competir com outro macho pelo poder. Seja pelo espaço, pelo domínio da fêmea. E isso a gente transfere para o cotidiano. Na política isso é muito acentuado. Então a presença da mulher, mesmo no momento mais acirrado da discussão e do debate, ela tende a humanizar mais esse processo. (...) Eu vou dizer a você que ela humaniza mais a política, além de qualificar o trato e as relações, e

quebrar os paradigmas que a gente já citou aí". (Bira Coroa, PT/BA)

As visões destoantes, não essencialistas, que consideram mulheres e homens potencialmente semelhantes na esfera pública, fundamentam as atuações diferenciadas na política nas distinções ideológicas:.

(...) É um tema bem complexo esse, eu tenho muito cuidado, inclusive eu cheguei a falar esses dias e até fiquei pensando se eu devia ter falado aquilo...é, porque a gente tem experiências de mulheres que quando chegaram ao mandato de governadora executaram políticas tradicionais, conservadoras, de massacre dos trabalhadores e trabalhadoras, de não visibilidade da mulher, e é mulheres, e era mulheres, é, vou dar um exemplo aqui eu preferia ter mais o Lula presidente ou a Roseane Sarney, eu preferia ter o Lula, não tenho dúvida, porque eu acho que junto com o debate de gênero vem o debate e o compromisso político e o projeto em sociedade que você quer, então eu digo pras mulheres, não basta por uma saia pra sair defendendo o compromisso e luta das mulheres, a gente tem que ter construção histórica, compromisso político e uma atuação condizente, eu acho que a Dilma tem tudo isso, mas não está pregado que as mulheres ao assumirem ela tem essa característica, então eu também não gosto dessa fala de que a mulher é mais sensível, a mulher é mais honesta, eu acho que isso não nos ajuda, tem mulheres que se corrompem, tem mulheres que não são sensíveis, muito pelo contrário, também fazem a política masculina, do olhar masculino, então eu acho que não está pregado isso, por ser mulher eu sou melhor em tudo que eu faço, não, acho que é uma construção social, histórica, coletiva, mas o importante é que a gente ultrapasse o mundo masculino como mulheres, e com mulheres comprometidas com homens e mulheres, esse é o desafio que tá colocado, então eu não sou dessa tese de que basta ter mulher pra política, pro mundo ser melhor, eu acho que não, eu acho que é uma disputa constante.(Luciane Caminati, PT/SC)

(..) eu não acredito. O que define a diferença são os princípios ideológicos, são os valores que a gente tem e o que a gente quer de fato na ocupação do espaço. Elas são

tão fáceis de serem corrompidas quanto os homens. Elas são tão fáceis de ser sensibilizadas para acomodação quanto os homens. Isso não faz diferença. Mas não é justo que a nossa representação social seja tão inferior a quantidade de mulheres que nos somos nesse país. O ideal é que o espaço no parlamento, o espaço na vida pública seja ocupado por pessoas de bem, por mulheres de bem. Eu torço muito quando uma mulher socialista ocupa um espaço. Mas eu fico muito triste quando uma mulher conservadora ocupa um espaço, porque aquilo que a gente falava ainda agora, o imaginário popular, a vontade que as mulheres têm e não sabem qual é o caminho para essa ocupação de espaço ela se desmotiva, é melhor que fiquem os homens então. Se agente teve uma governadora aqui no Pará, que levou tanta coisa bonita, falou tanto das mulheres, estava na luta com os professores, com os negros, com os homossexuais, e quando chega no poder ocupa um espaço e despreza esse legado, essa história, e repete essa lógica de poder que é privilegiar os interesses das elites, dos setores conservadores, porque tem conta para pagar, como a Dilma tem conta para pagar, com setores das igrejas conservadores, que sobem na tribuna e cobram a conta dela. Eu entrei num avião durante 23 dias Brasil afora fazendo campanha para a presidente Dilma, para limpar a imagem dela com a população evangélica, por conta dos debates (.....) não basta ser mulher ocupando espaço de poder. (Marinor Brito, PSOL/PA)

(...) depende muito da mulher...(...)mulher muito dedicada na forma de agir, de fazer, de falar, de entender...sabe...é sempre a nossa condição de mulher, está certo, então depende, mas você tem sabe, por isso que eu digo não basta ser mulher, você tem também péssimos exemplos do sexo feminino, mulheres corruptas, então não basta ser mulher, é lamentável. (Maria Alves dos Santos, PSDB/PA)

5) Percepções sobre o papel da mulher na política

A visão dos ganhos obtidos para a conquista do espaço da mulher na política com a presença de Dilma Rousseff na presidência do país é o ponto de destaque das percepções dos entrevistados. Há uma percepção geral positiva sobre o papel da mulher, a conquista da presidência da República é considerada um marco importante, com impacto amplo cultural e social, que se traduz sobretudo na pauta de problemas apresentados na cena pública. A ideia de que a presença da mulher faz diferença no processo de definição de políticas está presente em entrevistados do espectro ideológico amplo de entrevistados.

Nessa direção, as entrevistas traduzem uma noção de representação substantiva, entendida como o suposto de que mulheres eleitas atuam em defesa de interesses das mulheres e garantem as possibilidades de que suas reivindicações se transformem em políticas. Como exemplo, a questão do aborto emerge como tema mais apropriadamente conduzido pelas mulheres.

Na percepção das entrevistadas, os ganhos com a vitória de Dilma têm impacto fundamental no mapa de referências que a sociedade tem sobre o papel da mulher em geral para a sociedade, servindo como exemplo para ampliação das conquistas femininas. Dessa forma, a conquista de cargos públicos eletivos é percebida como sinal de sociedade desenvolvida.

“Dilma esteve em várias comissões que eu estive na câmara. E ela é uma pessoa – um pouquinho daquilo que dizem de mim – brava e turrone, mas ela é muito clara, muito direta. Acho que isso é muito positivo”. (Ângela Amin, PP/SC)

“Quando se diz a primeira presidenta (...), realmente abre um espaço para as mulheres”. (Tania Ramos, PSOL/SC).

(...) Então, eu acho que há um ambiente propício, mas não está dado isso a gente precisa aproveitar esse ambiente favorável às mulheres pra justamente organizar as mulheres e garantir as mudanças necessárias pra mulher entrar na política, mas não está dado, se Dilma sair amanhã não significa que nós teremos mais mulheres na política, tenho bem claro isso, mas esse ambiente eu acho que tem que aproveitar pra justamente essa construção toda que foi feita ser rompida e proporcionar mais

espaços e oportunidades pras mulheres. (Luciane Carminatti, PT/SC)

(...) é um impacto positivo, é muito importante, uma vitória histórica a eleição da presidente Dilma. Então Dilma passa a ser um espelho, uma referência, eu acredito. E isso tem um impacto na vida das mulheres. Eu acho que talvez a gente sinta isso melhor na próxima eleição do que sentimos no momento em que ela foi eleita. Quando Dilma foi eleita, ela se elege, mais isso não teve impacto nas candidaturas femininas ao Senado, à Câmara dos Deputados. (...) Na Câmara dos Deputados, a gente esperava eleger mais, ultrapassar os 10% pelo menos. E a gente continuou com 8,8%, mais ou menos, de mulheres na Câmara Federal. Foram eleitas 46 deputadas, número semelhante à eleição anterior. Então nós temos que tencionar no sentido de que esse quadro avance. O Brasil é um país na América Latina que tem uma das piores representações femininas nas instâncias de poder, ainda é muito pequeno. E Dilma tomou posições avançadíssimas no que diz respeito a gênero. Porque ela também compôs o seu ministério buscando garantir os 30% de mulheres. Então tem trabalhado muito nessa direção, brigando inclusive com os partidos, com as forças políticas, para assegurar a presença feminina. (Olivia Santana , PCdoB/BA)

(...) Acredito que deu uma reforçada [a vitória de Dilma] no imaginário da participação das mulheres, quando a Dilma diz que as mulheres podem, podem sim, é uma frase muito forte, muito poderosa, que as mulheres não sei se todo mundo, mas muitas talvez se animem mais pra ser candidatas, a discutir mais essa questão do poder e isso era muito importante, eu acredito que vamos viver essa experiência agora, ano que vem, vamos ver como isso vai acontecer na prática, como as mulheres vão se sair nas eleições municipais.” (Luci Choinacki, PT/SC)

(...)acho que ajuda [a vitória de Dilma] ... mas a gente já teve mulheres governadoras, enfim, mulheres também em altos cargos - não como presidente, mas em outros países. Mas ajuda a mostrar que a mulher tem capacidade administrativa para também estar a frente de grandes desafios - como é o caso dela, né. Acho que ela serve de exemplo nesse sentido. (Marianne Tilmann, PP/SC)

“(...) eu acho que mudou um pouco, primeiro porque (...) ela foi na assembleia da ONU, ela foi a primeira mulher a abrir a assembleia (...) não é do meu partido, mas eu respeito,(..) acho que ela...tem alguma coisa boa...(..) isso mostra para as demais mulheres que a gente pode chegar a governadora, pode chegar a deputadas, pode ter mais senadoras, pode ter mais prefeitas, pode ter mais vice-prefeitas, mais vereadoras e assim por diante, ela pode, mulher pode fazer política, claro mulher pode, isso aí é uma demonstração...” (Célia Fernandes, PSDB/SC)

“(...)Eu dizia sempre nas regiões que eu ia, e às vezes nas reuniões a nível nacional, do próprio partido. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, o PP não marchou junto com Dilma, e que algumas candidatas que faziam colocações políticas de que não votariam com Dilma. E eu sempre coloquei para elas a importância de ter uma mulher no poder. Isso é muito importante. Acho que Dilma está fazendo um governo onde ela está mostrando a cara feminina quando ela se preocupa com a construção de creches. Porque essa é a maneira de libertar a mulher, principalmente a mulher mais pobre. Essa tem que ser libertada. Você que é mulher sabe. Ninguém deixa o filho em casa sozinho e vai trabalhar com a cabeça no lugar. Não tem condições. Então a mulher ficava, e fica ainda dentro de casa algumas, porque não tem condições de ter ninguém que tome conta dos seus filhos. Não pode pagar e não pode deixar sozinho. Então essa visão de Dilma com as creches para mim foi muito importante. E vai se construir nesse país um número de creches com certeza absoluta que nenhum outro governo construiu. Acho que a figura da mulher no poder incentiva outras e motiva. (Eliana Boaventura, PP/PA)

Há, entretanto, uma outra visão específica sobre a vitória de Dilma, definida na associação e dependência do governo Lula. O ex-presidente é entendido como o canal de sua ascensão à presidência e, nesse caso, emergem opiniões tanto positivas como negativas, seja corroborando o sucesso da pauta de mudanças do governo anterior e a garantia de continuidade, ou, ao contrário, apontando os limites da sua escolha, embasada em um projeto político-partidário masculino, que não carrega em primeiro plano a pauta da emancipação feminina na política:

“Eu acho que as mulheres ainda elas não caíram na real da importância desse momento para a gente (...) . Foi uma coragem muito grande tanto do Lula – foi ideia dele – e do PT, lançar uma mulher num país de cultura machista, numa disputa infernal daquela com a grande mídia sendo o principal partido de oposição. Você viu que, aborto, quando que aborto foi tema de disputa para presidente nesse Brasil? Porque ela é uma candidata mulher. E todo o tipo de preconceito, de desrespeito, de agressão e de rebaixamento da nossa presidenta. Todo o tipo de preconceito foi evidenciado na campanha. Mas a Dilma é uma mulher fantástica, uma mulher preparadíssima, a gente sabia disso.” (Luiza Maia, PT/BA)

“(…) O Lula sentiu segurança de ela realmente dar sequência a um projeto de governo, um projeto de sociedade de governo. Então, nós devemos muito a determinação do Lula e também, eu quero dizer a vocês, que eu participei de um momento, que foi um dos momentos de maior emoção da minha vida no que diz respeito à política, da minha participação na política, foi no Congresso em 2009, eu participei em Brasília, não foi em 2010 quando o Lula apresentou a Dilma no congresso do PT, no congresso nacional. A forma como o Lula apresentou a Dilma para o partido, apresentando ela como a pré-candidata que ele defendia, a forma respeitosa e de grande valorização do Lula a Dilma, onde ele deixou muito claro que ele não queria uma Dilma tampão, para ficar quatro anos para ele voltar depois. Ele deixou muito claro que ela faria muito mais do que ele fez e que ele estaria junto para ajudar. Então, assim, eu acho que essa grandeza do Lula, nós temos que reconhecer. Então, o grande mérito dele, nós temos hoje uma mulher. E isso é de uma riqueza, de uma importância realmente histórica. Primeiro, porque são poucas as mulheres em espaços de poder a nível mundial, a nível nacional, no Brasil, pior ainda. Então, o fato de a Dilma ser presidente, e, principalmente, de ela estar tendo uma atuação interessante, reconhecida, e as pesquisas mostram que ela tem uma aprovação popular muito alta, isso é de um incentivo para as mulheres, assim, formidável. Pelo menos elas estão se sentindo mais estimuladas, e é, tipo assim, voz corrente entre as pessoas nos movimento de que: olha agora é a vez das mulheres, as mulheres estão mandando.

Eles sabem que as mulheres não estão mandando. Mas em se dizer: agora é a vez das mulheres, as mulheres vão começar a mandar, as mulheres estão mandando, de aquela maneira, cria um sentimento de que, realmente, as mulheres também podem, que elas tem capacidade, e de que já não é mais hoje como era há alguns anos atrás, quando nem se sonhava em ter uma presidenta da República, ter uma mulher no maior espaço de comando, de poder do Brasil, de uma nação. Então, não tenho dúvidas, está influenciando, e vai ajudar muito.(...) Sozinhas as mulheres não conseguem. Temos que vencer uma cultura machista, uma cultura discriminadora, uma cultura que ainda não valoriza as mulheres". (Bernadete Ten Caten, PT/PA)

(...) Só Lula é que poderia ter uma visão de sair e colocar uma mulher no lugar dele. Porque é lógico, a gente sabe a influência que Lula teve na eleição de Dilma, ou de qualquer outro que fosse o substituto de Lula. A influência é muito grande. Ele ia fazer sucessão porque ele fez uma boa administração." (Eliana Boaventura, PP/BA)

(...) Eles [os homens] não querem as mulheres no poder. Dilma não representa as mulheres no poder, Dilma representa um grupo de homens que ainda está por trás dela, que foi quem elegeu ela. Não foram as mulheres. (...) [Ela] Não representa as mulheres no país. Todas nós sabemos. Não [me sinto representada]. Nem eu e acredito quem entende de política também, mulher nenhuma. Todo mundo sabe que quem elegeu Dilma foi um grupo de homens, não foi as mulheres. Não foi as mulheres que disseram "Eu quero Dilma Rousseff!", entendeu? Foi um grupo que jogou ela lá e tá trabalhou toda a mídia para ela ser eleita. (Rosa Rocha, PMDB/BA)

Finalmente, cabem as percepções consideradas como apoios críticos à presidente mulher. Trata-se aqui de reconhecer o avanço da conquista política, mas de condicioná-lo à demonstração de competência e às políticas implementadas.

(...) Eu acho que depende muito de que exemplo ela vai deixar para a sociedade e se ela vai ser um exemplo pro Brasil, eu acho até muito cedo ainda para gente dizer sim

ou não. Se ela vai poder ser um exemplo vai depender muito da forma como ele vai conduzir o Brasil. Não basta ser mulher, é preciso ser competente, é preciso agir de forma que venha a construir exemplos, então não basta ser do sexo feminino. (Maria Alves dos Santos, PSDB/PA)

“eu acho que eleger uma mulher (...), que ela deveria estar acompanhada de uma defesa concreta dos direitos das mulheres. E o que a gente tem visto, assim, é que você cria (...) uma Secretaria Especial para as Mulheres, mas ao mesmo tempo você destrói o serviço o SUS”. (Mariana Conti, PSOL/SP)

6) O duplo constrangimento– mulheres e negros na política partidária

As entrevistas em geral apontam constrangimentos residentes no próprio funcionamento partidário para a ampliação do acesso de negros e mulheres à política. Esse debate é claramente associado a posicionamentos partidários.

Apesar de todos os partidos pesquisados apresentarem órgãos nas suas estruturas voltados para o estímulo à participação das mulheres na vida partidária, alguns relatos reclamam da natureza de “fachada” que os partidos estabelecem para a participação feminina. Da mesma forma, não há consenso entre os entrevistados quanto à legitimidade da política de cotas para mulheres; nesse caso, as declarações contrárias emergem dos partidos à direita, embora não haja clareza geral sobre o princípio que embasa esse posicionamento:

(...)essa política de cotas ela praticamente é um contra senso porque não há nenhuma limitação pra mulher ser, se colocar na política; você vê que nós temos uma presidente mulher, nós já tivemos uma presidente no supremo tribunal mulher, nós tivemos aqui em Salvador uma prefeita mulher, temos várias senadoras, então quando elas entram na política, elas são muito boas, elas demonstram realmente que tem uma força, essa cota, ela de uma certa forma faz com que os partidos, ao contrário, vá procurá-las já que não vêm”. (José Carlos Fernandes da Silva, PSDB/ BA)

“É fachada pura [as cotas para mulheres] É absurda, é fachada, é enganação, porque eles inscrevem as mulheres,

porque eles precisam inscrever a chapa deles entendeu? Então ele convida vocês, eles chamam vocês, vocês, nós mulheres, eles chamam. E as que querem se candidatar, eles aceitam quem se candidate, só para poder eles terem a cota fechada, para poder... (...) ser preenchida, para poder inscrever a chapa deles, mas não porque eles tenham interesse que elas sejam eleitas, e que elas ocupem um cargo político. (Rosa Rocha, PMDB/BA)

(...) eu sou contra[as cotas]... porque eu acho que não é isso... esse caminho é a mesma coisa que você "cotizar" os negros nas universidades, digamos. Primeiro porque as mulheres são maioria do eleitorado; segundo porque você já delimita uma coisa que não é necessária. Necessária do ponto de vista econômico, talvez, mas não através das cotas, através de uma reforma política que seja mais abrangente e dê condições das mulheres terem mais espaço. Mas não precisa ser através de cotas. (Marianne Tillmann, PP/SC)

Quanto à questão racial e a luta específica pela participação dos negros, há visões distintas dentro do próprio conjunto de partidos à esquerda. Emerge do PSOL, por exemplo, partido analisado mais à esquerda, uma visão clara de que a questão de classe e a luta social mais ampla se sobrepõem à questão racial. Essa visão se estende à participação da mulher na política, levando a que as questões de raça e gênero sejam consideradas estruturantes de uma transformação política prioritária mais ampla.

Pelo PT, emerge uma visão positiva das cotas como mecanismo de equilíbrio, e pelo PCdoB, emerge a visão das cotas como mecanismo de ampliação da participação dos negros, não apenas em termos gerais da representação política mais ampla, mas da participação na estrutura partidária, rebatendo o domínio masculino. Vem também do PT a percepção da presença do racismo nas estruturas partidárias, assim como a necessidade de alterações na lógica de definição de candidaturas e do financiamento eleitoral:

“(...) nós consideramos inclusive a questão de raça e gênero estruturante da questão de classe, do debate sobre a questão da constituição do sujeito de classe, que a gente se identifica como a classe trabalhadora. (...) Além disso, não há clareza no partido sobre as diferenças nos diretórios quanto a isso, no PSOL não há consenso sobre a

política de cotas raciais, daí não haver deliberação específica.(...) A atuação junto aos movimentos não se pauta pela temática, mas ideologicamente _ o PSOL se mobiliza para disputar o espaço da esquerda nos movimentos.” (Hamilton, PSOL/BA)

“ (...) as cotas entram como medidas transitórias, um mecanismo de você poder tratar os desiguais como desiguais, rumo à consolidação de uma condição de igualdade. Então eu sou um defensor das cotas. (...) Eu posso lhe assegurar o seguinte. O PT, entre suas agremiações partidárias, é o partido que mais tem atentado e manifestado ações para corrigir essa distorção. Isso a gente não pode negar. Agora, é o ideal? Não. Ainda estamos muito distantes. Nós temos aí um grande desafio a ser vencido agora, que é garantir 50% das mulheres nos cargos dirigentes do partido. É um grande desafio para todos nós, porque nós temos que criar esse mecanismo. Existem essas mulheres preparadas? Não sei. E se não existe, vamos preparar, vamos criar condições para que elas possam ocupar esse espaço. Esse é o grande desafio.(Bira Coroa, PT/BA)

(...) nossa participação é cada vez maior, mas o mesmo processo que a gente enfrenta nos partidos, a gente também enfrenta no movimento e em especial em entidades como a nossa que é mista...então o mesmo desafio que a gente faz, os mesmos obstáculos, os mesmos que a gente precisa ultrapassar e ganhar também é feito dentro da entidade, ninguém é mais homem consciente que vai dizer que é contra. (...) O nosso grande desafio, nós temos que estar na cabeça de chave, então hoje qual é a cabeça? É o coordenador geral que hoje está se discutindo a possibilidade de ser o presidente, o secretário geral e o finanças, nós temos que estar numa dessas três, e nós não estamos em nenhuma dessas três, as três são ocupadas por homens...” (Estela Maris, PCdoB/SC)

“Agora é preciso também que isso seja estendido aos negros. A participação negra no governo é uma lástima, é muito pequena, é quase invisível. É muito pouco o que a gente tem. Nós só temos dois ministros negros, da pasta da igualdade racial - que não poderia ser diferente -, e o ministro do esporte que tentam também a todo o custo

derrubá-lo, porque é uma pasta que hoje está extremamente valorizada com essa agenda internacional de jogos, de eventos esportivos de alto impacto. E nós temos que tocar o dedo nessa ferida. O Brasil não será um país de igualdade prescindindo da presença de negros e mulheres nas instâncias de poder”. (Olivia Santana, PCdoB/BA)

É preciso destacar que a importância do tema do combate ao racismo e a busca de canais de acesso específico para os negros estão associadas à presença de vínculos entre os partidos e movimentos sociais. Nas entrevistas expostas a seguir de representantes do PT, PCdoB e PSB, os vínculos se estabelecem respectivamente pelo MNU (Movimento Negro Unificado), pela UNEGRO (União Nacional dos Negros pela Igualdade), e pela Negritude Socialista Brasileira, traduzidos, por vezes, em candidaturas, embora as informações também apontem distinções próprias da dinâmica de cada estado. Nessa direção, e como apontamos inicialmente na caracterização dos partidos analisados, cabe sublinhar que os partidos à esquerda tendem a traduzir tais vínculos com o movimento negro em suas estruturas:

“Não tem como na Bahia essas secretarias não estarem juntas com os movimentos sociais. Porque toda nossa história de luta vem a partir daí, tanto a de combate ao racismo quanto o setor de mulheres tem essa relação e tem toda uma intervenção nessas suas afirmações. E preenche do mesmo modelo. Por exemplo, a secretaria de combate negro, que é a secretaria de combate ao racismo, ele é o MNU, que é o Movimento Negro Unificado. Então tem toda uma relação com a luta dos segmentos sociais, que a gente tem colocado.” (Bira Coroa, PT/BA)

“É diferente, a realidade de Santa Catarina é diferenciada dos outros estados, não há um vínculo tão direto com o PCdoB, mas todo mundo sabe que parte da militância da UNEGRO são militantes do PCdoB né, mas tem essa autonomia(...) Santa Catarina tem essa especificidade, essa particularidade por ela ser super partidária né, mas assim também tem essa aproximação, tem essa relação até porque parte dos seus dirigentes também compõem o PCdoB(...), mas ela quando inicia, pelo contrário, ela inicia de uma raça nossa, de dentro da JS assim né então, é, porque como a gente já não estava mais dentro da UJS,

não comportava, porque na época quando a gente foi chapa de grêmio eram duas chapas da UJS uma com apoio do partido outra sem apoio, nós era lógico a chapa sem apoio do partido, perdemos no fim a chapa que ganhou acabou realmente acontecendo o que aconteceu, abandonou né, menos de três meses já não estavam mais na escola, e ainda acabou a gente assumindo a chapa né, o grêmio na verdade, dali assim acho que passa, inicia o ciclo de distanciamento político da JS e fortalecimento da UNEGRO, e assim tinha naquela época em si, posso dizer era verdade, a continuação da UNEGRO ela se deu com a UNEGRO e PCdoB muito mais recente agora, teve uma fase quando a Angela era vereadora que a gente tinha uma relação próxima, mas não tão vinculada né, mas era uma relação próxima de construção e elaborações políticas, mas não era tanto assim, acho que de 2003 pra cá que a gente passa a ter uma aproximação maior com o PCdoB.” (Estela Maris Cardoso- Secretária Nacional da UNEGRO, PCdoB/SC)

“ No PSB eu estou enquanto coordenador nacional eleito da Negritude Socialista Brasileira.(...) o movimento negro está organizado em secretarias, nas mais diferentes estruturas. Ou seja, municipal, estadual e federal. A forma como nós somos chamados é NSB, traduzindo a sigla: Negritude Socialista Brasileira. Que funciona nessas três esferas: coordenação municipal, coordenação estadual e coordenação nacional. Estatutariamente, cada segmento ocupa uma cadeira dentro das executivas ou das provisórias, que é a cadeira do segmento. No caso, Ariosvaldo é secretário municipal e ocupo um lugar no estadual. O Edson é o secretário estadual, ocupa na estadual. E o Jorge que está secretário nacional ocupa na nacional. Então isso é estrutura partidária, de segmento. (Jorge Santos de Jesus, PSB/BA)

Surge dos entrevistados do PT a análise mais clara das dificuldades partidárias associadas à questão racial em estados específicos (os estados analisados aqui), traduzindo a falta de consenso sobre a importância do tema como agenda política do partido. Por um lado, chama-se atenção para o fato de que o partido não consegue dar conta do estímulo à participação e à representação onde a presença da

população negra é maior, como na Bahia (entrevista de Evonei Pires, PT/BA). Por outro lado, chama-se atenção para o descompromisso com a bandeira de luta específica dentro do próprio partido. É o caso da entrevista com Maria da Nazaré Costa, secretária da questão racial do PT no Pará, quando aponta a dificuldade do partido equacionar a questão. Os relatos apontam que, embora o partido tenha conseguido apresentar e eleger candidatos e candidatas negras, esses não são militantes da questão, e não reconhecem a sua importância:

“Porque os negros que militam no partido não se viam contemplados com a política construída pelos seus dirigentes. As mulheres também do mesmo jeito. Por quê? Porque o racismo, ele é algo que perpassa tanto os partidos de esquerda quanto de direita, e que muitos ainda - que militam nesse partido, que dirigem esse partido - acreditam que não existe racismo no Brasil. Como nós estamos falando de um partido que tem vínculos na esquerda, muito dirigentes ainda acham que a partir do momento que a gente resolver a questão da classe, a gente resolve a questão da raça. E com isso eles colocam que não existe o racismo, o que existe é uma pressão do capitalismo, existe uma pressão que essa pressão vem diretamente para cima daqueles que não conseguiram acessar o mercado de trabalho, os que são chamados de operários, que vivem do salário mínimo ou coisa parecida. (Evonei Pires, Movimento Negro do PT/BA)

(...) a gente tem um pouco de dificuldade dentro do nosso partido, aqui, de potencializar essa questão. Essa questão racial, as candidaturas negras (....) Das candidaturas que nós tivemos anteriores foram assim: a gente teve um número legal de concorrentes negras e negros, mas assim, que se envolvem com essa temática, que assumem essa identidade, é bem pouco (...) que se reconhece (...). (...) E nós temos dentro da estrutura partidária, nós temos, assim, da presidência a executiva muitos companheiros e companheiras negras que estão em espaços de poder, que poderiam fortalecer esse debate, mas que não conseguem reconhecer, porque entendem que esse é um problema do movimento negro, eles não entendem que essa é uma questão da sociedade brasileira, que é uma questão do partido, que todos nós deveríamos estar envolvidos. (...) Nós somos o primeiro partido a criar um espaço para

debater a questão racial. A gente cria a secretaria de combate ao racismo em 95. Nós somos o primeiro partido da América Latina que cria uma secretaria de combate ao racismo. E perto de outros partidos o nosso avanço é considerável. E isso a gente não pode negar. E a questão racial ela é colocada dentro da fundação do PT, na carta princípio da fundação do PT você vai encontrar um trecho que remete a questão racial porque nós temos muitos militantes do movimento negro que ajudaram a fundar esse partido. Então, isso a gente considera um avanço, isso a gente não tira o crédito. (Maria da Nazaré Costa, PT/PA)

7) O financiamento e apoio institucional partidário como condições centrais à participação

O financiamento público das campanhas eleitorais emerge das entrevistas como principal mecanismo de equilíbrio entre grupos e diminuição das desigualdades do acesso à representação. As entrevistas apontam as dificuldades na captação de recursos de campanha e a falta de apoio e estrutura nos partidos, em uma dinâmica que mescla a pauta ideológica dos partidos à esquerda com as condições de gênero e raça.

“Por isso eu sou um defensor de que a verba de financiamento de campanha seja uma verba pública.(...) Exclusivamente pública. Exatamente porque você bota no mesmo plano. Nós estamos caminhando para que as lideranças populares jamais cheguem na instância de poder, porque a estrutura de uma campanha hoje exige um poder econômico muito grande. Precisa de uma agência de publicidade a ser contratada, as peças publicitárias a serem produzidas. Então já demonstra todo esse processo. Então acho que a gente tem que caminhar para criar uma condição igualitária e de maior acompanhamento por parte da sociedade. Porque o que compromete na realidade um processo eleitoral, muitas vezes, são os comprometimentos, os compromissos firmados com os financiadores de campanha.” (Bira Coroa, PT/BA)

(...) Não tem estrutura financeira para tocar a campanha, não tem um cartaz, não tem um panfleto descente. Então, isso dificulta muito, porque, por exemplo: a nível estadual,

o nosso estado concorre como um continente, ele é muito longo, ele é muito grande, ele é distante de uma região para outra. Então, você precisa ter infra-estrutura para tocar campanha. (...) Que colocam o nome a disposição, não tem essa infra-estrutura, não tem esse financiamento para viajar, para fazer campanha, nem sequer a estrutura para viajar para visitar nossas próprias comunidades, das nossas relações, do movimento negro, mesmo. Então, esse incentivo a gente não tem.”(Maria de Nazaré Costa da Cruz, PT/PA)

“A candidatura bem sucedida recai sempre naqueles que já têm empresários, por exemplo. Eles não vão precisar buscar recursos, esse é o pensamento nosso. Então ele já tem todo um leque onde ele vai buscar. Por exemplo, um cara que é empresário e é fornecedor de várias empresas, além de ter o que ele tem, ainda pega um pouco naquelas empresas que vão acreditar, que vão apoiar, uma hora que a gente está no projeto que ele está propondo, etc. Se nós somos candidatos de um segmento de combate às diversidades que ocorrem no país, quem vai me apoiar? Quantos empresários negros a gente conhece, bem sucedidos? De onde é que vai sair esse apoio? Na maioria das vezes é na base da criatividade: você fazer uma feijoada com cerveja, fazer algumas camisetas; fazer eventos para adquirir recursos. Então muito poucos, alguns empresários negros bem sucedidos se sensibilizam com o projeto e vai lá e bota alguma coisa que na maioria das vezes não resolve.” (Jorge Santos de Jesus, PSB/BA)

(...) O que é que tem na síntese desse debate que a gente tá fazendo com as mulheres no Brasil? É que só tem uma forma de democratizar esse espaço de disputa eleitoral, quer dizer, a principal forma para combater a corrupção e o abuso do poder econômico, e para democratizar o acesso das candidaturas dos partidos menores, dos setores explorados da sociedade, que é o financiamento exclusivamente público de campanha, com diretrizes claras de como isso deve acontecer, e obviamente, a gente está defendendo e vai defender as vistas partidárias com igualdade de ocupação de espaço entre homens e mulheres, a possibilidade de ser aprovado é remota, né? Por conta da nossa pequena representatividade no congresso e por conta dos valores que estão ainda muito

enraizados e qual é o tipo de poder? Eles não querem mudar esse tipo de poder que está constituído. Então a gente vai fazer uma batalha em relação a isso, o pessoal tem posição clara sobre isso.” (Marinor Brito, PSOL/PA)

Se há entraves objetivos ao equilíbrio, localizados claramente nas determinações legais que regem as campanhas, há também entraves subjetivos localizados no racismo e conservadorismo. Para as candidatas mulheres negras, a dificuldade de captação de recursos junto ao empresariado é um fator presente. Os relatos conferem ao tipo de condução partidária das campanhas e de definição de candidaturas os lugares do desequilíbrio constatado.

(...) Sempre tive muita dificuldade para financiamento de campanha. Porque a nossa candidatura nunca é prioridade, ela entra nas candidaturas... Eu, por exemplo, em 2001, a gente sabia que tinha condição de eleger, de eu me eleger vereadora. Mas eu não tive, outros candidatos tiveram muito mais apoio dentro do partido do que eu. E eu não me elegi por 900 votos. Se eu tivesse tido 6000 votos no ano 2000, eu tive 5150 votos, se eu tivesse 6100 votos eu teria sido eleita, ainda ali. Mas a situação de investimento foi muito pequena, muito precária. E por ser mulher, negra, cuidar de questões de miséria, de pobreza, de enfrentamento ao racismo, isso não interessa ao empresariado. Financiamento de campanha é privado, não é público. Então você fica a mercê... O empresário financia aquelas candidaturas que interessam aos seus negócios ou pelo menos às suas demandas principais para o desenvolvimento da sua empresa, etc. Então a gente não conseguia, a gente ficava muito dependente do partido. E no partido havia outros candidatos homens, brancos, que eram prioritários. Então eu tive muita dificuldade ali, então eu fiquei na suplência. Eu entrei para o cargo de vereadora em 2003, quando os dois vereadores do partido se elegeram deputados. Um estadual e outro federal. E aí eu assumi a vaga, porque eu era terceira suplente.” (Olívia Santana, PCdoB/BA)

“(...) eu posso falar assim, o financiamento foi completamente do bolso e dos amigos, (...) eu estava com os principais quadros políticos do PCdoB e principalmente na área das mulheres, né, então a UBM, a União Brasileira,

todas as mulheres, todas as mulheres que estavam na UBM estavam na minha campanha, acho que isso foi muito forte (...) Não sei se é o fundo partidário, (...) o partido se comprometeu com todas as candidaturas que dariam o material de apresentação e o santinho, e no decorrer também saíram alguns banners (...), até hoje não se sabe aonde foram parar esses banners, nunca chegou a minhas mãos, mas e aí com as ajudas a gente fez outro material que ficou melhor assim, trabalhamos com as bandeiras e fizemos um cartazes". (Estela Maris, PCdoB/SC)

1.5 Algumas conclusões

O objetivo desse trabalho foi identificar alguns dos condicionantes da baixa participação das mulheres e negros nas instancias representativas. A análise das entrevistas em profundidade com parlamentares e membros de partidos nos permite sugerir que as soluções do déficit representativo localizam-se em dimensões que antecedem a aplicação da política de cotas para mulheres, e que ultrapassam a adoção de novas regras do sistema eleitoral e competição política.

Duas dimensões se destacam a partir das informações coletadas. A primeira é a dimensão das relações sociais e culturais. A carga de conservadorismo e preconceito que sobrecarrega a escolha das mulheres pela construção de uma carreira política constitui uma dimensão marcante das trajetórias analisadas, e permanece presente nos espaços de atuação das parlamentares eleitas. Em que pese a dimensão simbólica poderosa constituída pela presença das mulheres na esfera política, notadamente o significado de Dilma Roussef na presidência da República, a desigualdade constitutiva das relações de gênero no mundo privado e público constitui um entrave central para a transformação do domínio masculino da política.

A segunda dimensão é a da organização interna partidária. Os relatos das dificuldades de apoio encontradas na dinâmica dos partidos, tanto nos incentivos à participação das mulheres, quanto no apoio à competição eleitoral, sugerem que constrangimentos importantes residem no funcionamento interno partidário. Embora os partidos à esquerda apresentem mais formas de incentivo à participação de mulheres e negros, não há consenso nas próprias agremiações quanto à prioridade das questões racial e de gênero na pauta política mais ampla. Além disso, a organização da dinâmica eleitoral apresenta obstáculos

objetivos, como a dificuldade de acesso por esses grupos aos recursos movidos pelos partidos durante as campanhas.

Assim, os efeitos positivos da implementação da política de cotas encontra limites nas formas de estímulo desenvolvidas pelos partidos para a participação e inclusão das mulheres na política partidária. É o que ocorre com o financiamento das campanhas e o repasse de recursos, mecanismos permeáveis a preferências internas, e predominantemente definidas segundo o sucesso de candidatos já estabelecidos.

Sabemos que as experiências de adoção em outros países de sistemas de competição eleitoral com base em listas partidárias fechadas abrem espaços ampliados para a eleição de candidatas mulheres. No entanto, sabe-se também que, no caso brasileiro, a presença de estruturas oligárquicas na política dos partidos traria limites claros aos efeitos da implantação de novas regras de elaboração de listas eleitorais, concentrando nas mãos de lideranças consagradas e chefes partidários as possibilidades de acesso e, portanto, impondo limites à renovação de quadros. Nessa direção, as reivindicações pela maior partilha de poder partidário, emergidas em algumas entrevistas, compreendem com clareza o núcleo das mudanças necessárias mais significativas. Trata-se, nesse caso, de mulheres e negros terem acesso e participação nas instâncias partidárias de deliberação sobre os recursos políticos, definição de incentivos e o processo de recrutamento. Essas mudanças, no entanto, não residem na pauta de uma reforma do sistema eleitoral, mas sim, dos próprios partidos.

Tabela 7a: Características políticas (entrevistados de partidos políticos de Centro-Direita e Direita)

Nome	Partido	Partido anterior	Cargo político atual	Ano filiação	Cargo(s) eletivo atual	Cargo(s) eletivo(s) anteriores
Ângela Amin	PP/SC	ARENA	Nenhum	Desde a ARENA	Nenhum	Deputada federal 2 mandatos, vereadora e Prefeita 2 mandatos.
Marianne Tilmann	PP/SC	Não	Presidente municipal do PP Mulher e Assessora de comunicação do PP Mulher nacional	1994	Nenhum	Nenhum
Aline Lemos C. O. Andrade	PP/SP	PPB	Vice-presidente nacional do PP	2002	Deputada Federal	Deputada Federal, Vereadora
Célia Fernandes	PSDB/SC	PMDB	Militante do PSDB Mulher	Desde o MDB	Nenhum	Prefeita de Gravatal (SC)
Maria Alves dos Santos	PSDB/PA	PTB	Secretária Estadual de Mulheres e Secretária do Estado de Assistência e Des. Social/PA	1991	Nenhum	Prefeita (pelo PTB), Dep. Estadual 4 mandatos.
Maria Lúcia Cardoso Amary	PSDB/SP	Não	Presidente da comissão de constituição e justiça	1991	Deputada Estadual	Deputada estadual
Catarina Clotilde Ferraz Rossi	PSDB/SP	Não	Vice-presidente do secretariado médio de São Paulo	Não Menciona	Nenhum	Nenhum
José Carlos Fernandes da Silva	PSDB/BA	MDB, PSP, PMDB, PMN	Dirigente municipal e delegado nacional	2006	Nenhum	Vereador
Sandra Regina C. T. Mudalen	DEM/SP	PMDB	Nenhum	2007	Vereadora	Vereadora
Ada de Luca	PMDB/SC	MDB	Secretária de Justiça/SC e 3ª vice-presidente da executiva estadual	Desde o MDB	Deputada Estadual	Deputada estadual

Nilma Silva de Lima	PMDB/PA	PTB	Nenhum	2005	Deputada Estadual	Nenhum
Simone Morgado Ferreira	PMDB/PA	Não	Membro da executiva estadual	2004	Deputada Estadual	Vereadora, Dep. Estadual
Rosa Rocha	PMDB/BA	MDB,PSDB	Nenhum	2010	Nenhum	Nenhum
Eliana Boaventura	PP/BA	PMDB	Presidente Estadual do Mulher Progressista, Presidente do diretório municipal de Feira de Santana, secretária estadual de Desenvolvimento e Integração Regional/BA	1999	Nenhum	Deputada Estadual (2 mandatos), Vereadora de Feira de Santana (2 mandatos)

Tabela 7b: Características políticas (entrevistados de partidos políticos de Esquerda e Centro-Esquerda)

Nome	Partido	Partido anterior	Cargo político atual	Ano filiação	Cargo eletivo atual	Cargo(s) eletivo(s) anteriores
Afrânio Boppré	PSOL/SC	PT	Presidente nacional	2005	Nenhum	Deputado estadual (2 mandatos)/vice-prefeito em Florianópolis
Tânia Maria Ramos	PSOL/SC	PT	Integra o Diretório municipal/ líder comunitária da Colônia	2006	Nenhum	Concorreu a dep. Estadual (2010) e a Vereadora (2008)
Marinor Brito	PSOL/PA	PT (até 2005)	Direção Estadual	2005	Senadora	Vereadora de Belém (3 mandatos pelo PT), concorreu a prefeitura de Belém (2008)
Mariana Conti Takahashi	PSOL/SP	PT	Secretária Geral do PSOL Campinas	2005	Nenhum	Nenhum
Hamilton Moreira de Assis	PSOL/BA	Não	presidente da executiva do Diretório Municipal	2006	Nenhum	Nenhum
Ângela Albino	PCdoB/SC	Não	Presidente Estadual/Direção nacional/ Coordenadora nacional LGBT/secretária de mulheres da união dos parlamentos Mercosul	2002	Deputada Estadual	Vereadora

Estela Maris Cardoso	PCdoB/SC	Não	Direção estadual (comissão política)/ secretária de mulheres da UNEGRO/ Executiva do Fórum Nacional de Mulheres Negras	1989	Nenhum	Concorreu a vereadora (2008)
Eneida Canedo G. dos Santos	PCdoB/PA	AP (Ação Popular), PCB	Secretária Estadual de Informação e Propaganda/ Secretária Estadual de Mulheres	Anos 60	Nenhum	Concorreu a vereadora (1982)
Eva Vilma Navegantes Da Silva	PCdoB/PA	Não	Secretária Municipal de Mulheres	2001	Nenhum	Concorreu a dep. Estadual (2010)
Kelly Magalhães	PCdoB/BA	Não	Direção estadual e comissão política	1992	Deputada Estadual	Vereadora (2 mandatos)/ Deputada Estadual (2 mandatos)
Olivia Santana	PCdoB/BA	Não	Diretório Nacional/ coordenadora nacional de combate ao racismo do PCdoB	1989	Vereadora	Vereadora
Luci Choniacki	PT/SC	Não	Nenhum - ex-presidente do Diretório Estadual do PT (2008-2009)	1982	Deputada Federal	Deputada estadual/ Deputada federal (3 mandatos)
Luciane Carminatti	PT/SC	Não	Membro do diretório municipal, estadual e nacional	1989	Deputada Estadual	Vereadora (2 mandatos)/ secretária municipal de educação

Ana Julia de V. Carepa	PT/PA	PMDB (militou sem filiar-se)	Direção Estadual e Nacional (3º mandato)	1983	Nenhum	Governadora/Senadora/Vereadora (2 mandatos)/ Dep. Federal/Concorreu ao senado, ao governo do PA e a prefeitura
Bernadete Ten Caten	PT/PA	Não	Nenhum	1986	Deputada Estadual	Concorreu a vereadora (1988), concorreu a dep. Estadual (2002), Vereadora (1996-2000), Dep. Estadual (2006-2010)
Lúcia Miranda	PT/PA	Não	Secretária Estadual de Mulheres do PT	1985	Nenhum	Nenhum
Maria de Nazaré Costa da Cruz	PT/PA	Não	Secretária Estadual da Questão Racial (desde 2009)	2004	Nenhum	Nenhum
Bira Coroa	PT/BA	MR8	Nenhum	1982	Deputado Estadual	Deputado Estadual, Vereador
Luiza Maia	PT/BA	MDB, PSDB	Diretório municipal de Camaçari	1998	Deputada Estadual	Vereadora, Deputada estadual
Elisete Kons (Zetti)	PDT/SC	Não	Cargo comissionado no gabinete do prefeito de Florianópolis (PMDB)	2008	Nenhum	Concorreu a dep. Estadual (2010) e a Vereadora (2008)
Valdeonira Silva dos Anjos	PDT/SC	Não	Integra a Associação das Mulheres Negras Antonieta de Barros	1985	Nenhum	Concorreu a Vereadora (1985)

Sandro dos Santos Correia	PDT/BA	Não	Diretório nacional	Não Menciona	Nenhum	Nenhum
Maria José Bonfim Santos	PSB/PA	PT(militou sem filiar-se)	Secretária Estadual (2011) e Municipal (2008) da Negritude Socialista Brasileira	2005	Nenhum	Concorreu a Vereadora (2008) e a segunda suplente ao senado(2010)
Maria José Ramos Abreu	PSB/PA	Não	Secretária Estadual de Mulheres do PSB (desde 2008)	2001	Nenhum	Concorreu a Vereadora de Belém (2004)
Ariosvaldo C. Sena dos Santos	PSB/BA	Não	Secretário municipal da negritude socialista brasileira do PSB (2006)	1996	Nenhum	Nenhum
Jorge Santos de Jesus	PSB/BA	Não	Coordenador nacional da negritude socialista brasileira do PSB(2008)	1996	Nenhum	Nenhum
Ivanete Benvenuto Dos Santos	PSB/BA	Não	Nenhum	Não Menciona	Nenhum	Nenhum
Evonei Pires de Oliveira	PT/BA	Não	Secretário estadual de combate ao racismo	1982	Nenhum	Nenhum

Tabela 8a: Características pessoais (entrevistados de partidos políticos de Centro-Direita e Direita)

Nome	Partido	Idade	Raça/etnia	Estado Civil	Filho(s)	Profissão	familiares na política
Ângela Amin	PP/SC	58	Não declarou	Casada	Sim	Matemática	Sim (marido)
Marianne Tilmann	PP/SC	46	Não declarou	Não declarou	Não declarou	Publicitária	Sim (família no RS, cunhado)
Aline Lemos C. O. Andrade	PP/SP	39	Não declarou	Casada	Sim	Não formada	sim, pai, irmão, avô
Célia Fernandes	PSDB/SC	58	Não declarou	Casada	Sim	Funcionária pública/professora	Sim (marido)
Maria Alves dos Santos	PSDB/PA	58	Não declarou	Divorciada	Sim	Auxiliar de Enfermagem	Sim (o pai e a cunhada)
Maria Lúcia Cardoso Amary	PSDB/SP	-	Não declarou	Casada	Sim	Professora/advogada	Não declarou
Catarina Clotilde Ferraz Rossi	PSDB/SP	64	Não declarou	Casada	Sim	Pedagoga	Não declarou
José Carlos Fernandes da Silva	PSDB/BA	62	Não declarou	Não declarou	Não declarou	Engenheiro/geólogo	Não declarou
Sandra Regina C. T. Mudalen	DEM/SP	-	Não declarou	Casada	Sim	Médica	Sim (marido)
Ada de Luca	PMDB/SC	62	Não declarou	Casada	Sim	Advogada	Sim (tataravô, bisavô, avô, pai e marido)
Nilma Silva de Lima	PMDB/PA	45	Não declarou	Casada	Sim	Designer de interiores	Sim (marido e sogro)

Simone Morgado Ferreira	PMDB/PA	44	Não declarou	Divorciada	Sim	Economista/Auditora fiscal	Sim (pai e irmão)
Rosa Rocha	PMDB/BA	36	Não declarou	Solteira	Sim	Cirurgiã dentista	Não declarou
Eliana Boaventura Boaventura	PP/BA	58	Não declarou	Divorciada	Sim	Economista	Não

Tabela 8b: Características pessoais (entrevistados de partidos políticos de Centro-Esquerda e Esquerda)

Nome	Partido	Idade	Raça/etnia	Estado Civil	Filho(s)	Profissão	familiares na política
Afrânio Boppré	PSOL/SC	51	Não declarou	Não declarou	Não declarou	Educador	Não
Tânia Maria Ramos	PSOL/SC	46	Negra	Divorciada	Sim	Técnica de enfermagem	Não
Marinor Brito	PSOL/PA	52	Não declarou	Divorciada	Sim	Professora de Ed. Física	Não
Mariana Conti Takahashi	PSOL/SP	26	Não declarou	Solteira	Não	Funcionária Pública	Não
Hamilton Moreira de Assis	PSOL/BA	48	Negros	Não declarou	Não declarou	Pedagogo	Não
Ângela Albino	PCdoB/SC	42	Não declarou	Casada	Sim	Servidora pública/Bacharel em Direito	Não
Estela Maris Cardoso	PCdoB/SC	-	Negra	Casada	Sim	Pedagoga/Assessora parlamentar	Não declarou
Eneida Canedo G. dos Santos	PCdoB/PA	68	Não declarou	Divorciada	Sim	Socióloga	Sim (ex-marido e os filhos)
Eva Vilma Navegantes Da Silva	PCdoB/PA	37	Negra	Solteira	Sim	Professora	Sim (o pai)
Kelly Magalhães	PCdoB/BA	42	Negro	Casada	Sim	Professora	Não declarou
Olívia Santana	PCdoB/BA	45	Negro	Não declarou	Sim	Pedagoga	Não
Luci Choniacki	PT/SC	57	Não declarou	Divorciada	Sim	Agricultora	Não
Luciane Carminatti	PT/SC	41	Não declarou	Casada	Sim	Pedagoga	Não

Ana Julia de V. Carepa	PT/PA	53	Não declarou	Divorciada	Sim	Bancária	Sim (ex-marido)
Bernardete Ten Caten	PT/PA	53	Branca	Casada	Sim	Professora	Sim (marido)
Lúcia Miranda	PT/PA	43	Não declarou	Não declarou	Não declarou	Educadora Social	Não declarou
Maria de Nazaré Costa da Cruz	PT/PA	31	Negra	Solteira	Sim	Trançadeira	Não declarou
Bira Coroa	PT/BA	58	Negro	Casado	Sim	Professor	Sim (primos, tio)
Luíza Maia	PT/BA	59	Não declarou	casada	sim	professora	Sim (marido)
Elisete Kons (Zetti)	PDT/SC	53	Negra	Divorciada	Sim	Não tem profissão definida	Não
Valdeonira Silva dos Anjos	PDT/SC	76	Negra	Casada	Sim	Professora aposentada	Não
Sandro dos Santos Correia	PDT/BA	38	Negro	Não declarou	Não declarou	Geógrafo	Não
Maria José Bonfim Santos	PSB/PA	56	Negra	Não declarou	Não declarou	Servidora pública estadual	Não declarou
Maria José Ramos Abreu	PSB/PA	46	Não declarou	Não declarou	Não declarou	Pedagoga	Não declarou
Ariosvaldo C. Sena dos Santos	PSB/BA	53	Negro	Não declarou	Não declarou	Professor	Não
Jorge Santos de Jesus	PSB/BA	53	Negro	Não declarou	Não declarou	Publicitário	Não
Ivanete Benvenuto Dos Santos	PSB/BA	48	Negro	Casada	Não	Secretária	Não
Evonei Pires de Oliveira	PT/BA	46	Negro	Não declarou	Não declarou	Bacharel Direito	Não

II.

Financiamento de campanhas de homens e mulheres candidatos a deputado estadual e deputado federal nas eleições gerais de 2010 no Brasil

BRUNO WILHELM SPECK

TERESA SACCHET

FERNANDO HENRIQUE DOS SANTOS

II.1 Introdução

O financiamento eleitoral tem sido citado como um importante fator para explicar o sucesso ou fracasso das campanhas políticas. Para avaliar o contexto dentro do qual as mulheres candidatas disputam cargos eletivos, analisamos aqui o desempenho eleitoral de mulheres disputando cargos legislativos nos quatro estados incluídos neste estudo. Diferentemente das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, que incluem lideranças femininas e negras nos partidos, nos movimentos sociais e nas disputas eleitorais de 2006 e 2010, o enfoque da análise estatística apresentada aqui recai unicamente sobre as eleições de 2010. Consideramos que somente os cargos de deputado estadual e federal oferecem um número significativo de casos que permite testes estatísticos. A análise, assim, se limita a estes cargos.

A análise se concentra em três temas: no desempenho eleitoral das candidatas, no perfil de financiamento de suas campanhas eleitorais e nas eventuais relações entre os dois fenômenos. Na primeira parte discutimos o desempenho das mulheres candidatas nas urnas. Vários estudos recentes (ARAÚJO e ALVES, 2007; MIGUEL, 2006, 2008; BOHN, 2007, 2009; SACCHET, 2012) se dedicaram a este tema, tentando jogar luz sobre as razões da baixa representação das mulheres nos parlamentos brasileiros. Recapitulamos os resultados das pesquisas mais recentes sobre o tema e analisaremos o quadro específico nos quatro estados em

discussão. Adicionalmente, discutimos questões metodológicas na análise do desempenho eleitoral no contexto do sistema eleitoral brasileiro.

Na segunda parte, descrevemos os padrões de financiamento das campanhas eleitorais das candidatas. Incluímos uma breve descrição do sistema de financiamento de partidos e campanhas no Brasil, abordando as regras de financiamento e da prestação de contas e uma caracterização sintética do perfil de financiamento das campanhas. Na parte central, analisamos os padrões de financiamento das campanhas das mulheres em comparação com os concorrentes masculinos, com o intuito de analisar, assim como fazem outros estudos (SACCHET, 2012; SACCHET e SPECK, 2012), o perfil da campanha de homens e de mulheres a partir de diferentes financiadores.

A terceira parte é dedicada à análise da relação entre o financiamento das campanhas e sucesso eleitoral das mulheres. Após identificar as eleições nas quais as mulheres tiveram pior desempenho nas urnas e na arrecadação, buscamos estabelecer se há uma conexão entre estes dois dados. Testamos a hipótese sobre a correlação entre o financiamento e o sucesso eleitoral.

II.2 Financiamento eleitoral e Desempenho de Candidaturas Femininas

As esferas de representação política no Brasil evidenciam um quadro de grande desequilíbrio na presença de mulheres e homens em processos político decisórios. Tanto em cargos majoritários, quanto em proporcionais, do nível local ao nacional, o número de mulheres que ocupam cadeiras eletivas não ultrapassa a casa dos 15%. Na Câmara dos Deputados as mulheres ocupam apenas 8.8% das cadeiras, situação essa que coloca o país entre os dois países da América Latina com índices mais baixos de representação de mulheres em cargos legislativos (o Panamá encontra-se em situação similar ao Brasil com 8.4%), e no último terço entre os aproximadamente 150 países analisados pela Inter Parliamentary Union.

A presença de mulheres em posições de representação política tem sido um tópico corrente na discussão acadêmica e do movimento feminista e de mulheres, particularmente desde a democratização do estado brasileiro. Enquanto na década de 1980 o foco era na institucionalização de formas alternativas e horizontais de participação política feminina e no estreitamento da relação destas com o estado democrático, desde o início dos anos 1990 o olhar tem se voltado de forma crescente para a participação das mulheres nas esferas formais da política.

Em 1995, após mobilização intensa conduzida por deputadas e senadoras no Congresso Nacional, foi aprovada uma política de cotas, tendo em vista criar um artifício legal capaz de induzir um incremento no número de mulheres eleitas. Passadas quase duas décadas da implementação desta medida, o quadro é de pequenas mudanças em termos percentuais. Em grande medida, como evidenciado em vários estudos (ARAÚJO, 2001; MIGUEL, 2008; SACCHET, 2011), isto se deve a uma aplicação indevida desta política, e da ausência de medidas punitivas para os partidos infratores da lei eleitoral. Sem punição aos partidos pelos responsáveis legais pela fiscalização da aplicação desta política, a regra tem sido pelo não cumprimento das cotas de 30%, e o número de mulheres candidatas tem sido significativamente inferior ao dos homens (SACCHET, 2012).

A sub-representação política das mulheres, porém, não esta relacionada apenas a uma questão de oferta. Ainda que o número de candidatas seja comparativamente pequeno, o número de eleitas é significativamente menor. Nas eleições de outubro de 2010, o número médio de candidaturas femininas ao cargo de deputado federal e estadual ficou em torno de 19% e 22% respectivamente, porém o número de mulheres eleitas foi de 8.8% e 12.9% para estas mesmas posições. Isto evidencia que, ainda que o percentual de mulheres selecionadas para concorrer a cargos nestas duas esferas legislativas seja inferior ao dos homens, o problema não se resume às candidaturas (SACCHET e SPECK, 2012a).

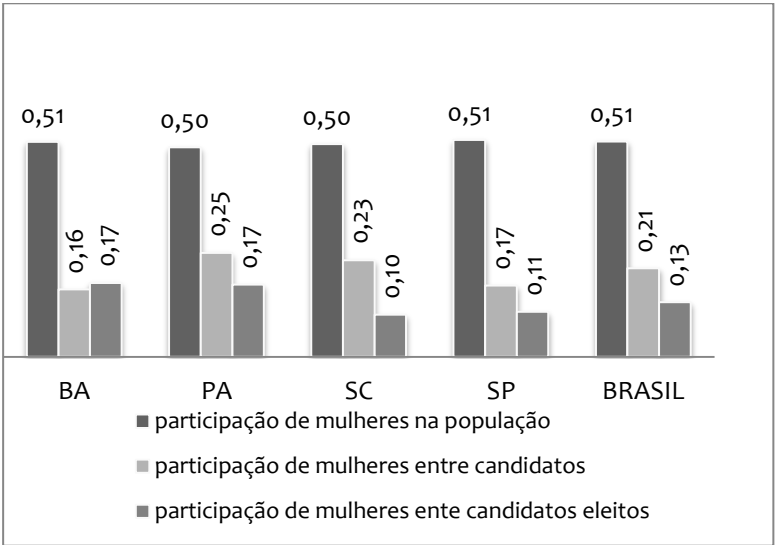
O financiamento das campanhas eleitorais é frequentemente citado como um dos fatores importantes para explicar o sucesso ou fracasso de uma campanha eleitoral. Enquanto há duas décadas era comum haver uma diferença no formato e na orientação de campanha de partidos de esquerda e de direita, com os primeiros se valendo mais de uma base militante de sustentação de campanha, hoje a maioria dos partidos tende a ser adepto de um modelo profissional, midiático e publicitário de campanha, onde o financiamento eleitoral, em particular aquele oriundo de doações de pessoas jurídicas, é um fator central.

O papel desempenhado pelo financiamento eleitoral fica evidente em alguns estudos que estabelecem uma alta correlação entre este e o sucesso eleitoral dos candidatos (SPECK, 2005; PEIXOTO, 2004, 2010; BRITTO, 2009). Estes estudos também demonstram que em estados e partidos brasileiros onde o financiamento de mulheres e homens é mais equilibrado, ou onde as campanhas das mulheres têm financiamento superior a dos homens, as chances de sucesso eleitoral das primeiras aumenta significativamente (SACCHET e SPECK, 2012b). Ou seja, a julgar pelos dados, o financiamento de campanha pode, em grande medida,

ajudar a compreender o baixo desempenho eleitoral das mulheres no Brasil.

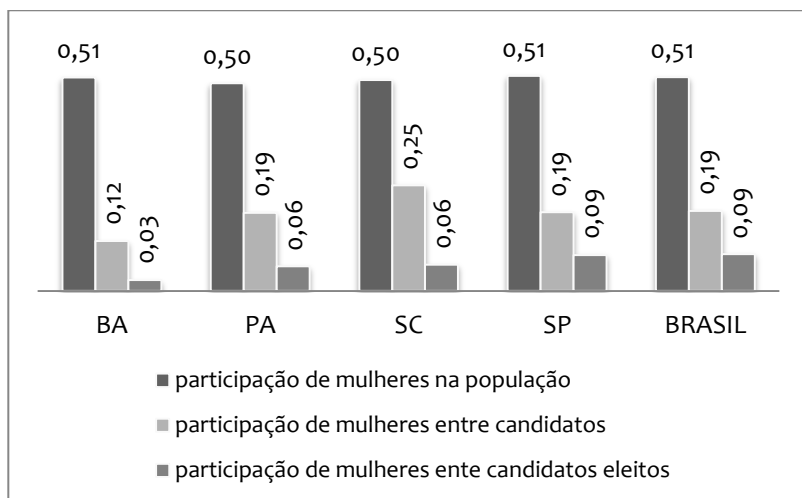
A presença de mulheres em posições legislativas representa um quadro bastante heterogêneo variando entre os extremos de Goiás (4,9%) e Amapá (29,2%). Os Gráficos 1 e 2 resumem o desempenho das mulheres, tomando como critério o número de candidatas e eleitas nos quatro estados aqui analisados. As duas tabelas revelam que na Bahia e no Pará as candidatas a deputado federal tiveram um desempenho abaixo da média nacional, enquanto no âmbito das eleições para deputado estadual a relação se inverte. No caso dos Estados Santa Catarina e São Paulo os números ficam mais próximos à média nacional. Mais especificamente para as eleições a deputado estadual, o desempenho das mulheres do Sul e Sudeste está claramente aquém das candidatas do Norte e Nordeste¹.

Gráfico 1
Mulheres cidadãs, candidatas e representantes
nas Assembleias Legislativas (%)



¹ De fato, neste critério do desempenho das candidatas a deputado estadual os quatro estados aqui selecionados são representativos para a tendência nas respectivas regiões do Brasil.

Gráfico 2
Mulheres cidadãs, candidatas e representantes
na Câmara dos Deputados (%)



Diferenças entre candidatos e candidatas nas chances de se eleger

Como salientam Norris e Lovenduski (1993), o processo eleitoral pode ser dividido em duas etapas diferentes, incluindo primeiro a seleção dos candidatos pelos partidos e depois a disputa eleitoral de votos junto ao eleitorado. A explicação da sub-representação das mulheres nos parlamentos brasileiros deve levar em conta estas diferentes etapas. O número reduzido de candidatas mulheres nas eleições (Gráfico 1 e 2) evidencia que a apresentação das candidaturas designa uma primeira barreira a ser vencida. A literatura sobre a seleção dos candidatos ainda é escassa. O desafio aqui é explicar porque as mulheres que representam metade dos eleitores não chegam a 30% dos candidatos. Uma das dificuldades em relação à análise da primeira etapa é identificar se a sub-representação das mulheres é resultado de processo de auto-exclusão² ou de tentativas frustradas de participação das mulheres em função de obstáculos dentro dos partidos.

² O termo auto-exclusão por sua vez abrange vários fatores que podem levar mulheres a não tentar candidatar-se para cargos eletivos na mesma proporção

A disputa eleitoral na segunda etapa, porém, evidencia uma barreira de natureza diversa. Várias análises mostram que uma vez formalizada a candidatura, as chances de sucesso eleitoral entre homens e mulheres variam bastante. Como mostrou Sacchet (2012), no passado recente as mulheres candidatas tiveram um desempenho igual ou até superior aos seus concorrentes masculinos. No entanto, o aumento do número de candidaturas de mulheres (em parte consequência da introdução da Lei de Cotas, em 2006) resultou em uma inversão desta tendência. Hoje há mais mulheres disputando eleições, mas elas se elegem em menor proporção em comparação com os homens. A razão de chance entre mulheres e homens candidatos se inverteu a favor dos últimos (Tabela 1).

Tabela 1
Candidatas eleitas e razão de chance de eleição

		Deputada Estadual	Deputada Federal
1994	% candidatas	7,3	6,4
	% eleitas	7,9	6,6
	razão de chance	1,11	1,04
1998	% candidatas	13,1	10,4
	% eleitas	10,2	5,8
	razão de chance	0,73	0,49
2002	% candidatas	14,8	11,6
	% eleitas	12,7	8,4
	razão de chance	0,82	0,67
2006	% candidatas	14,5%	12,9
	% eleitas	11,9%	8,8
	razão de chance	0,78	0,63
2010	% candidatas	21,0	19,1
	% eleitas	12,9	8,8
	razão de chance	0,53	0,38

Fonte: Sacchet, 2012, p. 166

Esta inversão também se confirma nos resultados eleitorais de 2010. Os Gráficos 1 e 2 ilustram estas duas etapas de exclusão para as eleições de 2010. Enquanto as mulheres no âmbito nacional representam em média 19.1% dos candidatos a deputado federal, elas representam somente 8.8% entre os eleitos. Para as eleições a deputado

que homens: diferenças na socialização política que levam a padrões diferentes de participação política, obstáculos a partir dos papéis tradicionais na família, disponibilidade de recursos financeiros, entre outros fatores.

estadual a diferença e 20.9% candidatas para 12.9% de eleitas. Analisando a nossa amostra de quatro estados, somente no caso das eleições a deputado estadual na Bahia a presença de mulheres é fortalecida durante a disputa eleitoral. Em todos os outros casos as mulheres são sub-representadas entre os candidatos e têm a sua participação diminuída ainda mais em função dos resultados do processo eleitoral.

O teste Qui-quadrado avalia se esta diferença pode ser atribuída a variações aleatórias (ao acaso) ou se as diferenças entre o desempenho eleitoral de candidatos homens e mulheres são estatisticamente significativas. O teste Qui-quadrado contrasta justamente os valores esperados em caso de ausência de diferença entre os sexos (hipótese nula) com os valores reais observados.

A Tabela 2 mostra as probabilidades desta diferença entre desempenho de mulheres e homens ser aleatória. A convenção estabeleceu que 5% de chance de erro (=0,05, marcados em cinza claro) e 1% (cinza escuro) de chance de erro são dois cortes importantes na avaliação da significância estatística. Olhando para o conjunto dos quatro estados, tanto nas eleições para deputado estadual como para deputado federal há diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres quanto à chance de sucesso nas urnas. No primeiro caso, a chance desta diferença ser resultado de variações aleatórias é de 3.8%, no caso dos deputados federais de menos de 0.1%.

Tabela 2
Teste qui-quadrado comparando o
desempenho eleitoral de homens e mulheres

Valor P (2-sided)		
UF	DEPUTADO ESTADUAL	DEPUTADO FEDERAL
BA	0,735	0,049
PA	0,243	0,144
SC	0,038	0,065
SP	0,094	0,024
ALL	0,034	0,000

*Marcamos aquelas situações onde as diferenças entre valores esperados e valores observados para homens e mulheres são estatisticamente significativas com 5% de chance de erro (cinza claro) e 1% de chance de erro (cinza escuro).

Analisando os estados separadamente o quadro se diferencia. A diferença se deve principalmente ao fato de o número de casos analisados ser muito pequeno, aumentando assim a possibilidade de resultados aleatórios causarem a diferença. Ainda assim, as diferenças continuam significativas para o caso dos deputados estaduais em Santa Catarina e dos deputados federais na Bahia e em São Paulo.

Ser eleito ou não eleito é um indicador importante para aferir o sucesso eleitoral. Porém, pelo sistema eleitoral de listas abertas que rege as eleições proporcionais no Brasil, fatores além do desempenho individual influenciam a eleição do candidato. Um candidato com poucos votos individuais pode se eleger, se na lista dele houver puxadores de votos que “transferem” votos a outros. Usando como critério de sucesso a eleição ou não dos candidatos pode levar a conclusões equivocadas quanto ao seu sucesso eleitoral. Uma alternativa para medir o sucesso individual do candidato sem a influência do sistema eleitoral é recorrer aos votos obtidos nas urnas. Usando os votos nominais obtidos como indicador de desempenho do candidato nas urnas tem a vantagem adicional de trabalharmos com uma variável métrica, permitindo aferir o sucesso com mais precisão do que no caso da variável dicotômica “eleito/não eleito”.

Os Gráficos 3 e 4 ilustram que a distribuição dos votos entre os candidatos não segue o padrão de uma distribuição normal. Enquanto a maioria dos candidatos obtém poucos votos, somente um pequeno grupo de candidatos consegue avançar para o grupo daqueles que tem chance de se eleger.

Gráfico 3
Concentração de votos para Deputado Estadual 2010

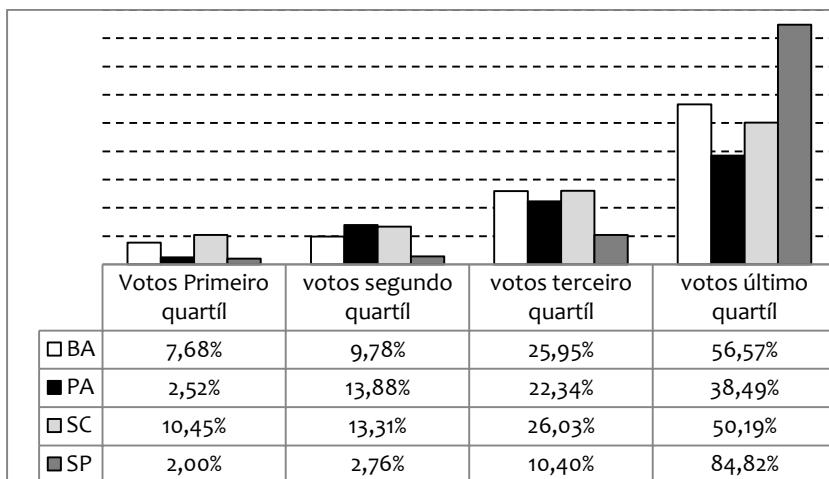
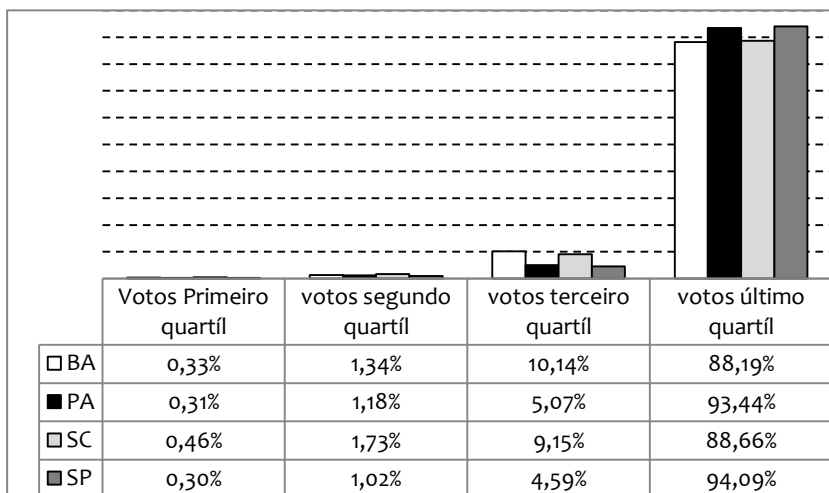


Gráfico 4
Concentração de votos para Deputado Federal 2010



Por outro lado verificamos na Tabela 3 os valores médios e medianos dos votos obtidos pelos candidatos homens e mulheres nas eleições. Na dimensão dos votos medianos, mais apropriada para variáveis que não seguem a distribuição normal, as mulheres apresentam sistematicamente valores inferiores aos homens. Quais destas diferenças são estatisticamente significativas?

Tabela 3
Numero médio e mediano de votos

DESCRIÇÃO DO CARGO	VOTOS NOMINAIS 1º TURNO				
	CIRC	DO SEXO	Média	Mediano	N
DEPUTADO ESTADUAL	BA	FEMININO	10566,38	848,00	94
		MASCULINO	9950,44	1495,50	494
	PA	FEMININO	4571,18	425,00	113
		MASCULINO	7479,77	1832,00	347
	SC	FEMININO	4570,21	328,50	70
		MASCULINO	12302,07	5295,00	236
	SP	FEMININO	6952,87	680,00	261
		MASCULINO	12503,36	1343,00	128
DEPUTADO FEDERAL	BA	FEMININO	8531,24	494,00	3
		MASCULINO	26841,71	2362,50	29
	PA	FEMININO	11034,45	419,50	22
		MASCULINO	30194,81	2797,50	96
	SC	FEMININO	8250,92	1306,00	37
		MASCULINO	26518,98	3695,00	110
	SP	FEMININO	9548,58	521,00	193
		MASCULINO	20863,09	1649,50	836

O teste Mann-Whitney para variáveis não paramétricas (Tabela 4) identifica que as diferenças entre votos para homens e mulheres são estatisticamente significativas em todas as eleições analisadas, exceto no caso dos deputados estaduais na Bahia. Após esta análise dos padrões de votação de homens e mulheres podemos afirmar que as mulheres efetivamente obtiveram menos votos que seus concorrentes masculinos nas eleições, exceto em uma eleição. A diferença entre votos para homens e para mulheres analisados na Tabela 3 (médias e medianos) dão uma ideia da dimensão desta distorção. Quais seriam as possíveis causas desta distribuição desigual dos votos?

Tabela 4
Teste de significância para diferença
entre votos para mulheres e para homens

DESCRIÇÃO DO CARGO	CIRC		VOTOS NOMINAIS 1º TURNO
DEPUTADO ESTADUAL	BA	Mann-Whitney U	20647,500
		Wilcoxon W	25112,500
		Z	-1,703
		Asymp. Sig. (2-tailed)	,089
	PA	Mann-Whitney U	12813,000
		Wilcoxon W	19254,000
		Z	-5,534
		Asymp. Sig. (2-tailed)	,000
	SC	Mann-Whitney U	3695,000
		Wilcoxon W	6180,000
		Z	-7,022
		Asymp. Sig. (2-tailed)	,000
DEPUTADO FEDERAL	SP	Mann-Whitney U	123629,000
		Wilcoxon W	157820,000
		Z	-6,671
		Asymp. Sig. (2-tailed)	,000
	BA	Mann-Whitney U	2031,000
		Wilcoxon W	2466,000
		Z	-3,018
		Asymp. Sig. (2-tailed)	,003
	PA	Mann-Whitney U	506,500
		Wilcoxon W	759,500
		Z	-3,797
		Asymp. Sig. (2-tailed)	,000
	SC	Mann-Whitney U	1384,500
		Wilcoxon W	2087,500
		Z	-2,903
		Asymp. Sig. (2-tailed)	,004
	SP	Mann-Whitney U	53298,000
		Wilcoxon W	72019,000
		Z	-7,356
		Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

A presença de negros entre os deputados eleitos

Procedemos também à análise dos recursos e votos dos candidatos negros eleitos para os cargos de deputados Estaduais e Federais nas eleições de 2010. Adotamos como método de seleção do candidato negro a auto declaração, recorrendo ao levantamento realizado pela UNEGRO (2011)³ sobre a presença de negros nas eleições para deputado estadual e federal nas eleições de 2010. Porém, o dado da UNEGRO se refere somente aos candidatos eleitos. Não foi possível assim efetuar uma análise da presença dos negros entre os candidatos pela inexistência de uma variável racial nos bancos de dados eleitorais disponíveis. Para os candidatos, em função do número pequeno de negros não foi possível apresentar uma análise separada por homens e mulheres negros eleitos. Dentro destes limites apresentamos a análise das candidaturas de negros eleitos em comparação aos demais eleitos nos estados do estudo.

Os Gráficos 5 e 6 evidenciam um dos limites dos testes estatísticos, o baixo índice de negros eleitos. Destacamos o caso de Santa Catarina que não apresenta negros eleitos em ambas as casas legislativas, e o Pará que não elegeu nenhum deputado estadual negro. Por outro lado, a Bahia se destaca tanto na posição de Deputado Estadual (3 negros eleitos), como de Deputado Federal (7 negros eleitos).

³ O documento da UNEGRO atesta que 19 candidatos auto-declarados negros foram eleitos em 2010 no Brasil para os cargos de Deputado Federal e Deputado Estadual. Dentre estes eleitos 16 estão nos estados selecionados na pesquisa.

Gráfico 5

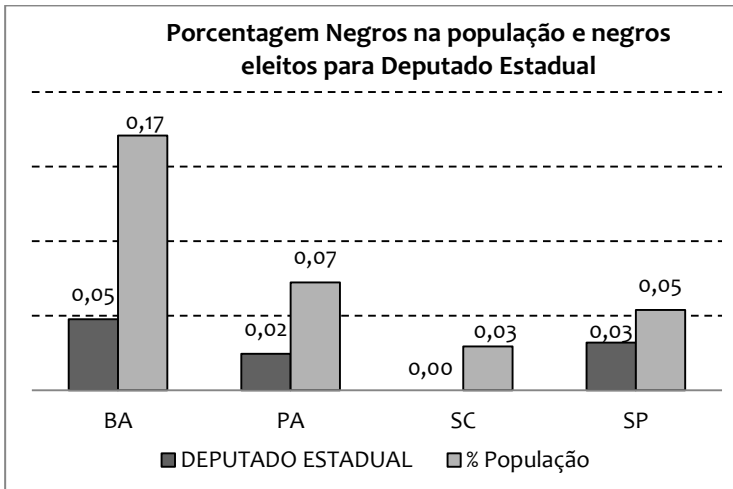
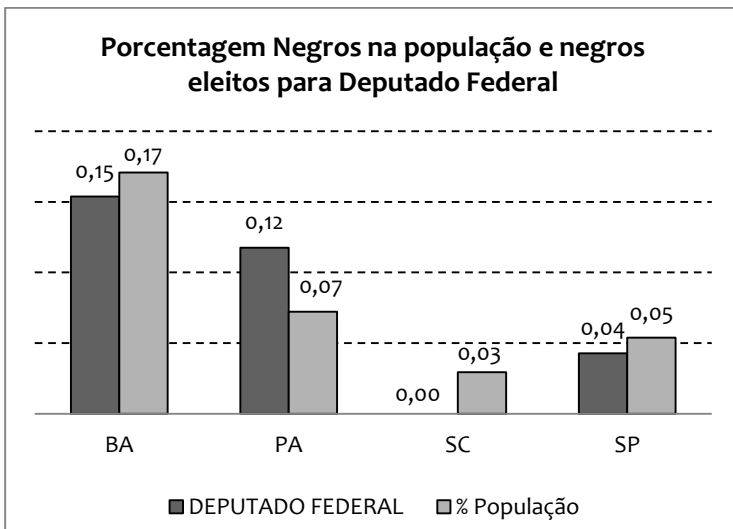


Gráfico 6



Na Tabela 5 passamos a uma comparação da média de votos dos candidatos negros em comparação a todos os candidatos por estado. Também para este caso verificamos que não há um padrão em todos os estados. Para Deputado Estadual, apenas na Bahia a média de votos dos negros (58.473) é ligeiramente superior à média de todos os eleitos (54.067); já em São Paulo a média de votos de todos os eleitos (103.937) é superior a dos negros eleitos (86.645).

Por outro lado, para o cargo de Deputado Federal há uma inversão deste cenário. Na Bahia a média dos negros passa a ser inferior (70.702) em relação a todos (107.770); enquanto São Paulo os negros obtém uma média substantivamente mais elevada de votos (546.472) em comparação a todos os eleitos (172.583); também no Pará a média de votos dos negros é ligeiramente mais elevada com 203 mil votos de média contra 142 mil do total de eleitos.

Tabela 5

Media de Votos Negros Eleitos e Outros Eleitos						
	Dep.Est.			Dep.Fed.		
	Negros	Outros Eleitos	Todos Eleitos	Negros	Outros Eleitos	Todos Eleitos
BA	58.473	53.847	54.068	94.188	110.240	107.770
PA	45.075	35.597	35.829	203.009	134.379	142.454
SC		43.049	43.049		115.567	115.567
SP	86.645	104.508	103.938	546.472	155.843	172.584
Total geral	68.633	68.775	68.770	237.324	136.978	144.751

II.3 Arrecadação e gasto de recursos pelas candidatas

A regulação do financiamento de campanhas eleitorais

Antes de entrarmos na análise dos padrões de financiamento, vale lembrar, de forma resumida, as regras que regem o sistema de financiamento de partidos e eleições. O sistema de financiamento de campanhas, introduzido como consequência das

reformas que seguiram o escândalo Collor-PC em 1992, prevê o financiamento das campanhas eleitorais predominantemente com recursos privados. Tanto candidatos como partidos arrecadam doações de pessoas físicas e de empresas. Tanto as doações como as despesas de campanha não são limitadas significativamente⁴. Em consequência, candidatos competindo pelo mesmo mandato apresentam perfis de gastos bastante desiguais. Da mesma forma, as doações se concentram sobre poucos indivíduos e empresas que fazem aportes milionários.

O financiamento público, uma fonte importante para o custeio das organizações partidárias, não é fonte relevante para financiar as eleições⁵. Porém, uma forma indireta de aporte público para as campanhas é o horário eleitoral gratuito. As estimativas do valor econômico que este espaço de propaganda representa para os partidos políticos (SPECK, 2005; CAMPOS, 2009) ilustra que o horário eleitoral figura entre as principais fontes de custeio das campanhas eleitorais.

O fato mais importante para a análise presente é a variação da capacidade dos candidatos de atrair recursos para as suas campanhas. Similar ao caso dos votos, a distribuição dos recursos entre os candidatos não segue os padrões de uma distribuição normal. Alguns poucos candidatos arrecadam volumes maiores enquanto a massa dos pretendentes consegue arrecadar volumes pouco significativos (Gráficos 7 e 8).

Analisaremos mais adiante até que ponto o fator sexo pode ser uma variável explicativa para entender estas variações.

⁴ A lei eleitoral limita as doações de pessoas físicas a 10% da renda declarada no ano anterior. No caso das pessoas jurídicas o limite é de 2% sobre o faturamento. Da mesma forma as despesas dos candidatos são limitadas pela auto-regulação dos partidos no momento do registro das candidaturas. Para uma crítica destes limites e da auto-regulação vide Speck(2005).

⁵ Os recursos do fundo partidário podem ser aplicados nas campanhas, mas são pouco significativos em comparação com os valores arrecadados de fontes privadas. Uma eleição movimenta 3-5 bilhões de Reais enquanto o fundo partidário anual alcança somente 200-300 milhões de Reais, sendo a maior parte aplicada na manutenção da máquina partidária.

Gráfico 7
Concentração de recursos para Deputado Estadual 2010*

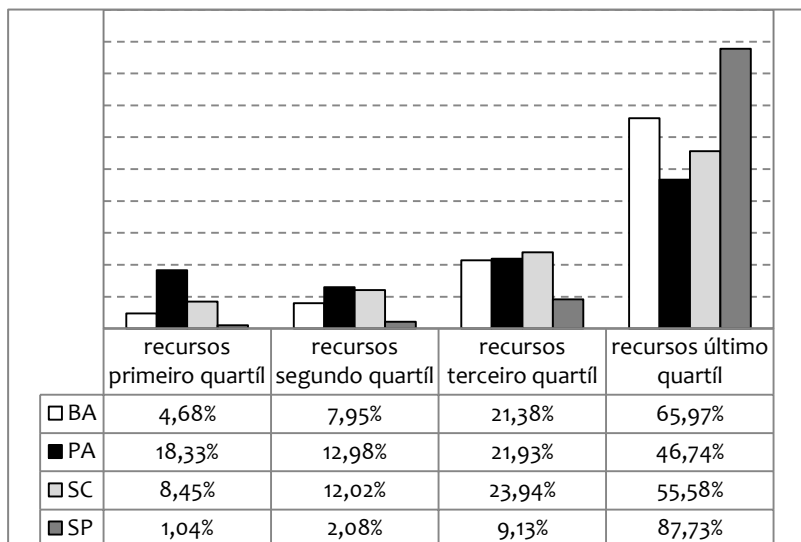
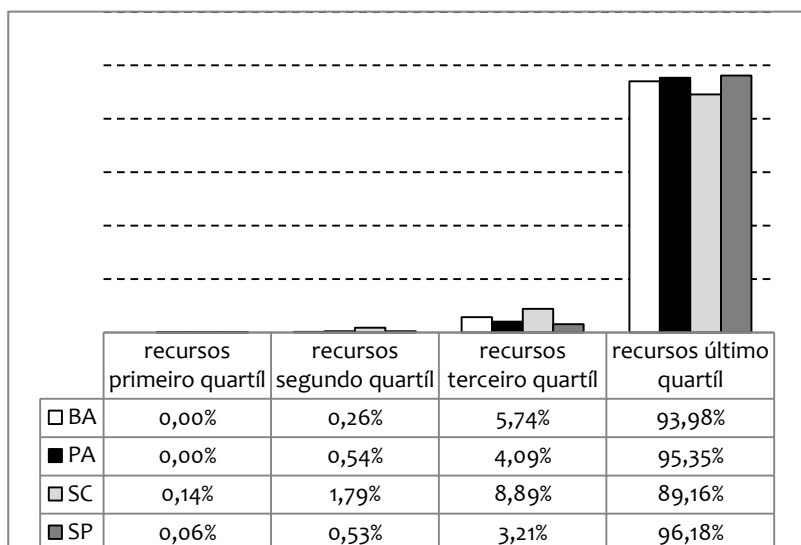


Gráfico 8
Concentração de recursos para Deputado Federal 2010*



*Os quartis nos Gráficos 7 e 8 estão baseados na distribuição dos votos. São idênticos aos quartis dos Gráficos 3 e 4.

Os dados da prestação de contas

As informações sobre o financiamento das campanhas eleitorais são prestadas pelos próprios candidatos e partidos que participam do processo eleitoral. Adicionalmente a Justiça eleitoral pode solicitar informações aos prestadores de serviços em campanhas eleitorais, confrontando-as com as informações prestadas por candidatos e partidos. São estes dados, divulgados pela Justiça eleitoral, que subjazem à presente análise.

O calendário eleitoral prevê a prestação de contas em vários momentos durante e após a campanha eleitoral. Em primeiro lugar, os partidos e candidatos prestam contas durante a campanha em dois momentos (60 e 30 dias antes do dia da eleição do primeiro turno), informando sobre o volume total de arrecadação e de gastos até então. No calendário eleitoral das eleições de 2010 as datas de entrega destas prestações de contas denominadas de “parciais” eram os dias 6 de agosto e 6 de setembro. Esta prestação de contas discrimina os valores totais arrecadados e gastos, por candidato e partido, sem identificar individualmente doadores e fornecedores.

No segundo momento, na prestação de contas final, os candidatos devem entregar informações detalhadas sobre receitas e despesas, discriminando cada doação e despesa individualmente, identificando agora também os doadores (no caso da arrecadação) e fornecedores (no caso de gastos). Esta prestação de contas com milhares de registros deve ser entregue 30 dias após o dia da eleição. Na eleição passada isto correspondeu ao dia 2 de novembro para os candidatos que disputaram somente no primeiro turno e 30 de novembro para aqueles que disputam o segundo turno da eleição. Após a entrega das informações à Justiça eleitoral, em formato eletrônico padronizado, o Tribunal Superior Eleitoral imediatamente divulga os dados da prestação de contas pela internet.

Após a entrega, a prestação de contas é analisada pelo TSE, seguindo vários critérios. Os dados dos doadores são confrontados com as informações da Receita Federal, para verificar possível violação dos tetos de doação estabelecidos pela legislação (pessoas físicas não podem doar acima de 10% dos rendimentos declarados do ano anterior, no caso das pessoas jurídicas este teto é de 2% do faturamento do ano anterior). As informações solicitadas dos doadores são confrontadas com as informações prestadas pelos candidatos. Outros cruzamentos de dados são realizados. Além deste cruzamento de dados pela Justiça eleitoral, para verificar possíveis falhas, informações incompletas ou contraditórias, as Promotorias Eleitorais podem questionar os dados da prestação de contas em qualquer momento. Detectadas irregularidades,

os partidos e candidatos podem ser questionados para retificar as informações prestadas. Em casos mais graves são aplicadas multas.

A princípio este processo de retificação dos dados é permanente, mas na prática duas datas estruturam esta fiscalização. Primeiro, a Justiça eleitoral deve julgar as prestações de contas dos candidatos eleitos até o dia 9 de dezembro do ano eleitoral. Segundo, as contas dos candidatos não eleitos devem ser julgadas até 11 de junho do ano seguinte ao pleito. Mesmo que as contas dos candidatos possam sofrer retificações a qualquer momento, podemos esperar que para os candidatos eleitos e não eleitos estas sejam mais intensas até as datas do julgamento.

Outro dado importante para entender as prestações de contas é que os candidatos têm a opção entre duas formas diferentes de prestação de contas: ou de forma individual, ou em conjunto com outros candidatos do mesmo partido, disputando cargos na mesma circunscrição. Todos os candidatos devem prestar contas em uma das duas modalidades. A não prestação de contas impede a diplomação dos candidatos eleitos. Para os candidatos não eleitos a não prestação de contas resulta em penalidades políticas como o impedimento de disputar eleições no futuro.

Um último ponto importante na prestação de contas é que os candidatos e partidos não arrecadam somente recursos de doadores privados e gastam com fornecedores e despesas diretas de campanha. Também é permitido que candidatos e partidos transfiram recursos entre si. Assim, um candidato A pode transferir parte dos recursos arrecadados para um partido B ou um candidato B. Na prestação de contas do partido B ou candidato B estes recursos aparecerão como receita. As transferências inflam artificialmente a prestação de contas e devem ser calculadas para ganhar uma ideia mais clara sobre os valores arrecadados de fora e gastos efetivamente na campanha, bem como sobre as dependências internas entre os candidatos em função destas transferências.

As consequências imediatas para a base de dados aqui utilizada são duas. Primeiro, para vários candidatos não há informações disponíveis sobre a prestação de contas, ou porque optaram pela prestação de contas em bloco, ou porque não prestaram contas – este último caso se aplica somente a candidatos não eleitos. O número de casos incluídos na nossa análise da arrecadação e gastos de campanhas pode ser menor que na análise dos votos. Segundo, os dados sobre financiamento, apresentados aqui, podem não corresponder aos valores apresentados em outro momento, porque os valores são ajustados de forma permanente. A extração dos dados utilizados aqui do banco de dados no TSE ocorreu em agosto 2011, posterior ao julgamento das contas

dos eleitos e dos candidatos não eleitos. Esperaríamos que os maiores ajustes nas prestações de contas tivessem ocorrido antes destas datas.

Perfil da receita total de mulheres e homens

Os candidatos a Deputado Estadual na eleição de 2010 arrecadaram em média 104 mil Reais, tomando como base o conjunto dos quatro Estados. No entanto, há diferenças grandes entre as regiões no que diz respeito a este valor total arrecadado (Gráficos 9 e 10). Uma análise preliminar da distribuição destas diferenças sugere atribuí-las às características econômicas das regiões. Nos dois estados do Norte e Nordeste os valores médios giram em torno de 70 mil Reais enquanto nos casos do Sudeste e Sul os valores quase dobram.

Gráfico 9
Média de recursos arrecadados por homens e mulheres
candidatos a Deputado Estadual

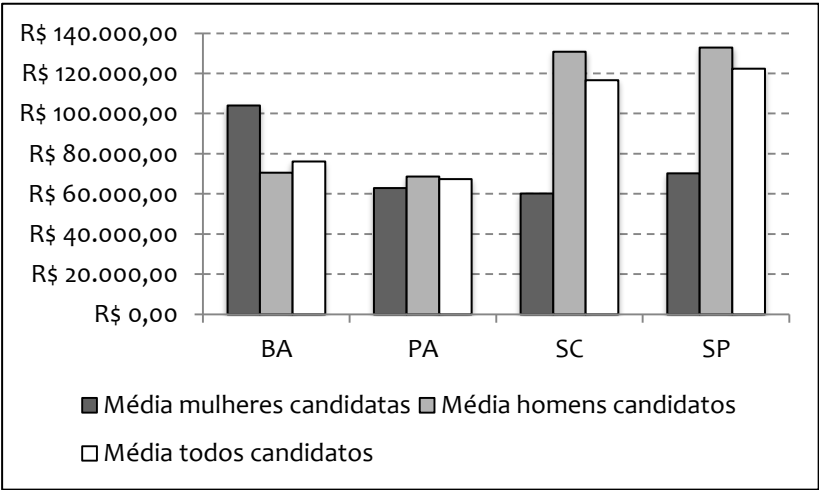
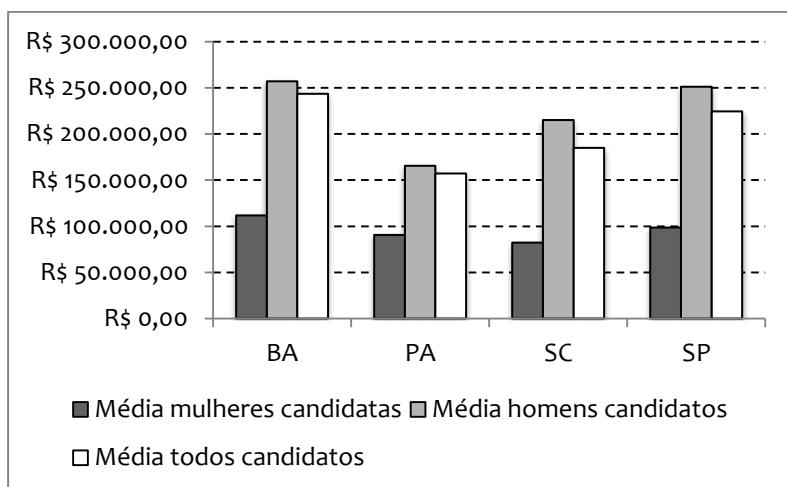


Gráfico 10
Média de recursos arrecadados por homens e mulheres
candidatos a Deputado Federal



Este perfil repete-se com algumas modificações para os candidatos a Deputado Federal nos quatro Estados. A média de arrecadação para os quatro estados agora alcança 218 mil Reais, com variações menores entre os estados. No estado do Pará, a arrecadação média ficou num patamar inferior de 160 mil Reais, enquanto na Bahia a arrecadação média foi maior, com 240 mil Reais. Os dois estados do Sul e Sudeste ocupam posições intermediárias entre estes extremos, colocando em dúvida a validade da interpretação anterior vinculando o financiamento político ao poder econômico da região.

O perfil do financiamento das mulheres é diferente do perfil dos homens. As mulheres, em média, arrecadam menos recursos que os homens, como evidencia o Gráfico 7, com os resultados da arrecadação média dos candidatos, divididos por sexo. Somando os quatro Estados deste estudo, entre os candidatos a Deputado Estadual os homens arrecadaram, na média, 111 mil Reais, enquanto a arrecadação das mulheres ficou em 73 mil Reais. Isto representa um subfinanciamento médio de 34%. Olhando para os dados estado por estado observamos variações importantes. Em três dos quatro estados as mulheres foram subfinanciadas. Em São Paulo, as mulheres arrecadam aproximadamente a metade (53%) dos concorrentes masculinos e em Santa Catarina este valor cai para 46%. Por outro lado, no Pará a arrecadação das mulheres se aproxima à dos homens (92%). A grande exceção é Bahia, onde a

arrecadação feminina é 47% superior a dos homens. Voltaremos mais adiante a este caso, discutindo os desdobramentos desta especificidade da Bahia.

No caso dos candidatos a Deputado Federal, os valores absolutos arrecadados dobram, como vimos mais acima. Quanto às diferenças entre os sexos, o padrão do subfinanciamento das mulheres continua, porém agora de forma mais acentuada, mais homogênea e sem exceção. As candidatas mulheres arrecadaram em média entre 39% e 55% da receita total dos seus concorrentes masculinos.

Os valores medianos de arrecadação diferem bastante entre homens e mulheres. A análise estatística destes resultados revela que para os deputados estaduais as diferenças são estatisticamente significativas no Pará, São Paulo e Santa Catarina e no caso dos deputados federais, nos estados de Santa Catarina e São Paulo (Tabelas 6 e 7).

Tabela 6

DESCRIÇÃO DO CARGO: DEPUTADO ESTADUAL		
CIRC		receita_total
BA	Mann-Whitney U	13953,500
	Wilcoxon W	16956,500
	Z	-,778
	Asymp. Sig. (2-tailed)	,436
	Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	
PA	Mann-Whitney U	10644,000
	Wilcoxon W	14214,000
	Z	-2,413
	Asymp. Sig. (2-tailed)	,016
	Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	
SC	Mann-Whitney U	3332,000
	Wilcoxon W	4872,000
	Z	-5,122
	Asymp. Sig. (2-tailed)	,000
	Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	
SP	Mann-Whitney U	107562,500
	Wilcoxon W	134358,500
	Z	-4,411
	Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

Tabela 7

DESCRIÇÃO DO CARGO: DEPUTADO FEDERAL		
CIRC		Receita_total
BA	Mann-Whitney U	1051,000
	Wilcoxon W	1187,000
	Z	-1,074
	Asymp. Sig. (2-tailed)	,283
	Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	
PA	Mann-Whitney U	348,500
	Wilcoxon W	403,500
	Z	-,771
	Asymp. Sig. (2-tailed)	,440
	Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	
SC	Mann-Whitney U	1181,000
	Wilcoxon W	1677,000
	Z	-2,316
	Asymp. Sig. (2-tailed)	,021
	Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	
SP	Mann-Whitney U	44594,000
	Wilcoxon W	57635,000
	Z	-5,409
	Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

Os recursos nas candidaturas dos negros

Na Tabela 8, verificamos a média de recursos dos candidatos negros e do total de candidatos. Verificamos que a média de recursos não segue o mesmo parâmetro apontado anteriormente sobre a média de votos. Para o cargo de Deputado Estadual a Bahia, que apresentava uma média de votos favorável aos negros, possui uma receita média de 253 mil para os negros e 293 mil para todos os eleitos. São Paulo, por outro lado, apresenta uma media ligeiramente superior para os negros eleitos.

No pleito de Deputado Federal, o cenário se mantém para os negros eleitos na Bahia, com ligeira queda de financiamento, R\$ 621 mil contra R\$ 733 mil de todos os eleitos. O Pará acompanha a série com média de receitas para os negros de R\$ 575.150 e R\$ 623,580 para todos os eleitos. Também em São Paulo a média de todos os eleitos (R\$ 1.694.558) é superior de receita dos negros eleitos (R\$ 1.229.296).

Tabela 8
Média de Receitas

	Dep. Est.			Dep. Fed.		
	Negros	Outros	Todos Eleitos	Negros	Outros	Todos Eleitos
BA	253.999,45	295.130,90	293.172,26	621.490,11	754.081,58	733.682,89
PA	253.507,50	299.027,04	297.916,81	575.150,67	630.037,95	623.580,62
SC		362.873,25	362.873,25		743.598,09	743.598,09
SP	848.657,41	804.214,16	805.632,56	1.292.296,62	1.712.569,96	1.694.558,25
Total geral	508.782,58	508.083,78	508.104,34	796.011,98	1.228.816,93	1.195.289,79

Peso das diferentes fontes de financiamento

No caso das candidaturas a deputado estadual, os recursos de financiamento são provenientes, em primeiro lugar, de doações de pessoas jurídicas (37%). O restante dos recursos vem de pessoas físicas e do próprio candidato (19% e 12%, respectivamente), e de transferências de outros candidatos e partidos (novamente, 18% e 7%). Fica evidente que as doações de empresas (pessoas jurídicas) representam o grupo de maior peso entre os financiadores.

No caso dos candidatos a deputado federal, que arrecadam mais como vimos acima, há diferenças também no peso das distintas fontes de financiamento. A Tabela 9 mostra que o peso das doações das empresas aumentou (48%) significativamente. Como consequência, as outras fontes ficaram proporcionalmente menos importantes. As pessoas físicas contribuíram 12%, os próprios candidatos 9%. Nas transferências houve uma inversão no peso dos recursos de outros candidatos (10%) e dos partidos (19%). Aparentemente o apoio dos partidos políticos é mais importante para o cargo de deputados federais, enquanto os candidatos a deputado estadual dependem mais fortemente do apoio individual de outros candidatos.

Tabela 9
Tipos de recursos (%)

	receita total	receita própria	receita pessoa física	receita pessoa jurídica	transf. Candidato	transf. Partido	outras receitas
DEPUTADO ESTADUAL (quatro estados)	100,0	12,4	19,4	37,3	19,8	9,2	1,9
DEPUTADO FEDERAL (quatro estados)	100,0	9,0	12,0	47,7	9,7	19,0	2,7

Fontes de recursos, aplicações e transferências

O relatório detalhado de candidatos e partidos, acerca das receitas e despesas nas campanhas eleitorais, permite identificar as diferentes fontes de financiamento, bem como o destino dos recursos. Na Tabela 10 aplicamos o mesmo raciocínio da participação esperada das mulheres (coluna D) em cada uma destas fontes em comparação à participação real nas diferentes fontes (E até J). Vimos acima que entre as fontes de financiamento os recursos provenientes de *peessoas jurídicas* (na maioria empresas) representam o grupo com maior peso (37% e 48% do financiamento total dos candidatos a deputado estadual e federal, respectivamente). Em todas as eleições a deputado federal, e em duas das quatro eleições para deputado estadual, os recursos provenientes de pessoas jurídicas são bastante inferiores aos valores esperados. Uma vez que estes recursos representam praticamente a metade dos recursos dos candidatos a deputado federal, o subfinanciamento desta fonte é responsável por grande parte do subfinanciamento total. No entanto, somente para os casos dos deputados federais do Pará e de São Paulo, onde as mulheres receberam aproximadamente a metade dos recursos esperados, esta diferença é estatisticamente significativa.

Tabela 10
Participação esperada e real
das mulheres nas diferentes fontes de recursos

A	C* % mulheres entre total candidatos = % arrecadação esperada	E receita própria	F receita pessoa física	G receita pessoa jurídica	H transf. candidato	I transf. partido	J outras receitas
DEPUTADO ESTADUAL (quatro estados)	17,9	9,6	19,1	11,8	11,2	9,4	10,7
BA	16,7	17,5	25,5	34,1	11,0	11,6	59,8
PA	21,5	7,9	24,4	21,8	18,2	35,7	54,4
SC	20,1	3,0	21,2	10,0	7,1	3,3	2,3
SP	16,8	9,5	15,5	7,8	10,9	7,3	1,1
DEPUTADO FEDERAL (quatro estados)	16,5	5,7	12,8	6,7	10,6	4,3	7,9
BA	9,2	8,6	7,9	1,5	8,8	4,1	4,2
PA	10,9	12,0	4,1	4,6	8,0	7,3	0,0
SC	22,8	15,7	15,6	6,2	24,0	6,6	3,2
SP	17,5	4,1	14,1	7,8	9,2	4,0	9,0

* Marcamos aquelas situações onde as diferenças entre valores esperados e valores observados para homens e mulheres são estatisticamente significativas com 5% de chance de erro (cinza claro) e 1% de chance de erro (cinza escuro).

Outra constante do financiamento diz respeito aos recursos provenientes dos *partidos políticos*. Em média, os candidatos estaduais recebem 10% dos recursos desta fonte e candidatos a deputado federal, 20%. Para estes últimos os recursos provenientes dos partidos representam somente um quarto dos valores esperados, padrão que se repete também na análise dos estados separadamente. A tabela mostra que, com a exceção do caso das eleições a deputado estadual no Pará, em todas as outras eleições analisadas as mulheres receberam muito menos recursos que os homens. As diferenças são estatisticamente significativas somente para o cargo de deputado estadual na Bahia, no Pará e em São Paulo, lembrando que no caso do Pará as mulheres receberam significativamente mais recursos que os homens dos partidos (Tabelas 11a e 11b). Este resultado é importante porque revela o papel negativo que os partidos têm em relação à promoção de campanhas de mulheres. O apoio ténue às mulheres candidatas abre a distancia que as separa dos concorrentes homens em vez de aproximá-las a eles.

No caso das doações de pessoas físicas, esta fonte representa em média 19% dos recursos totais arrecadados pelos candidatos a deputado estadual e 13% para os deputados federais. Neste caso as diferenças entre valores esperados e encontrados não são tão grandes e na maioria das vezes não são estatisticamente significativas.

Em comparação com os homens, as mulheres colocam menos recursos *próprios* nas campanhas (9,6% observados versus 12,6% esperados para Deputado Estadual e 5,7% observados versus 7,3% esperados para deputado federal). Analisando estes números separadamente por estado as diferenças variam em magnitude, sendo estatisticamente significativas em São Paulo e Santa Catarina para ambos os cargos e para deputados estaduais no Pará. Nos outros tanto a magnitude das diferenças é menor, inclusive trocando de sinal, como também as eventuais tendências não tem significância estatística.

Tabela 11a
Recursos eleitorais _ Deputado Estadual

Test Statistics			Receita própria	Receita física	Receita jurídica	Receita candidatos	Receita partidos	Receita outras
Dep.Est.								
94	BA	Mann-Whitney U	4519,000	3843,000	1638,000	7800,000	719,500	23,000
		Wilcoxon W	5380,000	29494,000	13114,000	45750,000	4997,500	323,000
		Z	-,989	-,958	-,347	-,057	-,522	-,882
		Asymp. Sig. (2-tailed)	,323	,050	,178	,955	,601	,004
		Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]						,003
	PA	Mann-Whitney U	2831,500	4735,500	1643,500	7113,500	103,000	5,000
		Wilcoxon W	3734,500	6061,500	11096,500	9598,500	356,000	41,000
		Z	-,2783	-,578	-,623	-,950	-,287	-,208
		Asymp. Sig. (2-tailed)	,005	,564	,533	,051	,774	,027
		Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]					,795	,030
	SC	Mann-Whitney U	960,000	2268,000	1184,500	3211,500	62,000	4,000
		Wilcoxon W	1131,000	2619,000	1415,500	4642,500	72,000	7,000
		Z	-,2460	-,025	-,163	-,4264	-,736	-,382
		Asymp. Sig. (2-tailed)	,014	,980	,245	,000	,462	,167
		Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]					,490	,231
	SP	Mann-Whitney U	34300,500	34717,500	15974,000	97069,000	8563,500	157,000
		Wilcoxon W	41926,500	40822,500	18389,000	119435,000	10333,500	202,000
		Z	-,4210	-,1680	-,1527	-,2364	-,588	-,283
		Asymp. Sig. (2-tailed)	,000	,093	,127	,018	,557	,022

Tabela 11b
Recursos eleitorais _ Deputado Federal

Test Statistics			Receita própria	Receita física	Receita jurídica	Receita candidatos	Receita partidos	Receita outras
Dep.Fed.	BA	Mann-Whitney U	537,500	513,000	193,000	381,500	86,000	7,000
		Wilcoxon W	603,500	5169,000	229,000	417,500	92,000	8,000
		Z	-,653	-,154	-1,914	-,511	-,082	-,204
		Asymp. Sig. (2-tailed)	,514	,878	,056	,609	,935	,838
		Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]					,951	,941
	PA	Mann-Whitney U	89,500	106,000	26,000	140,000	26,500	
		Wilcoxon W	1265,500	1759,000	41,000	155,000	461,500	
		Z	-,223	-,233	-2,440	,000	-,201	
		Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,830	,833	,012	1,000	,843	
	SC	Mann-Whitney U	405,500	540,500	235,000	1142,500	33,500	6,000
		Wilcoxon W	525,500	693,500	280,000	1638,500	264,500	9,000
		Z	-1,511	-,666	-,478	-1,500	-,631	-,522
		Asymp. Sig. (2-tailed)	,131	,505	,633	,134	,528	,602
		Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]					,543	,711
	SP	Mann-Whitney U	13958,500	17206,000	6927,500	41287,000	2737,000	198,000
		Wilcoxon W	16808,500	21211,000	8008,500	51727,000	3478,000	243,000
		Z	-3,922	-3,192	-1,831	-2,643	-3,519	-,956
		Asymp. Sig. (2-tailed)	,000	,001	,067	,008	,000	,339

II.4 Financiamento e sucesso eleitoral

A comparação entre a participação esperada e real das mulheres na arrecadação dos recursos (Tabela 12) pode ilustrar o desempenho comparativo entre candidatos dos dois sexos. Quanto mais próximos os dados encontrados na realidade (coluna D) dos números esperados (C), mais iguais são as condições. No caso das candidaturas a deputado estadual a distorção é menos acentuada. No conjunto dos quatro estados a arrecadação real (12,6%) ficou aproximadamente um terço atrás da esperada (17,9%). A participação das candidatas no volume de financiamento de todos os candidatos para o mesmo cargo foi significativamente menor em São Paulo e Santa Catarina, ligeiramente inferior no Pará e até maior na Bahia, em comparação aos homens. No caso das candidatas a deputada federal, este quadro muda. O desfavorecimento é maior e mais constante, com valores reais que ficam em média abaixo da metade da arrecadação esperada (7,3% dos recursos efetivamente arrecadados comparados a 16,5% esperados).

A última coluna E revela qual a participação das mulheres no total de votos nominais obtidos para aquele cargo. Novamente, um desempenho igual das mulheres e dos homens na disputa pelo voto deveria resultar na reprodução das proporções da coluna C também na coluna E. No entanto, em todos os casos exceto as eleições para deputado estadual no Pará, as mulheres têm menos votos que o esperado.

É interessante observar o paralelismo entre o desempenho na receita e nas urnas. Onde as mulheres tiveram menos recursos, também obtiveram menos votos. Em um único caso superaram os homens na arrecadação (deputado estadual do Pará) e, neste caso, também conseguiram um resultado superior na votação. Em seguida vamos examinar esta relação entre recursos e votos mais de perto, para finalmente responder a questão em quais circunstâncias esta relação influencia a diferença no sucesso eleitoral entre candidatos dos dois sexos.

Tabela 12
Arrecadação e votos

A CARGO UF	B n mulheres candidatas	C % mulheres entre total candidatos = % receita esperada	D % receita mulheres	E % votos nominais mulheres
DEPUTADO ESTADUAL	447	17,9	12,6	12,2
BA	77	16,7	22,8	17,0
PA	84	21,5	20,1	16,8
SC	55	20,1	10,4	9,9
SP	231	16,8	9,7	10,2
DEPUTADO FEDERAL	218	16,5	7,3	8,3
BA	16	9,2	4,2	4,1
PA	10	10,9	6,3	7,7
SC	31	22,8	10,2	9,5
SP	161	17,5	7,7	9,6

Financiamento e sucesso eleitoral

Um olhar inicial sobre o padrão de financiamento entre candidatos eleitos e não eleitos revela que o primeiro grupo dispõe de recursos bem mais significativos que o segundo. A Tabela 13 compara os recursos dos dois grupos. Enquanto a média dos recursos de todos os candidatos a deputado estadual é aproximadamente 100 mil, entre os candidatos eleitos este é valor cinco vezes mais alto. Para o cargo de deputado federal os candidatos eleitos arrecadam seis vezes o valor da média de todos os candidatos.

Tabela 13

A	TODOS OS CANDIDATOS				CANDIDATOS ELEITOS			
	K	L	M	N	O	P	Q	R
	arrecadação total média (mulheres)	arrecadação total média (homens)	arrecadação total média (Total)	L/M	arrecadação total média (mulheres)	arrecadação total média (homens)	arrecadação total média (Total)	O/P
DEP. EST. BA	73.492,36	111.419,04	104.629,60	0,66	493.543,24	510.366,26	508.104,34	0,97
	104.051,60	70.576,68	76.167,93	1,47	467.444,67	256.306,94	293.172,26	1,82
PA	62.881,12	68.697,20	67.444,51	0,92	285.717,47	300.428,43	297.916,81	0,95
SC	60.194,01	130.907,64	116.713,29	0,46	317.049,15	367.964,82	362.873,25	0,86
SP	70.330,86	132.881,21	122.349,77	0,53	738.327,33	813.645,09	805.632,56	0,91
DEP. FED.	96.657,08	242.095,68	218.112,61	0,40	1.221.583,78	1.193.510,50	1.195.289,79	1,02
	111.608,17	256.856,87	243.423,47	0,43	889.752,76	729.575,79	733.682,89	1,22
PA	90.449,10	165.245,91	157.115,82	0,55	634.765,00	622.881,60	623.580,62	1,02
SC	82.294,46	214.884,77	184.661,98	0,38	536.387,37	757.412,14	743.598,09	0,71
SP	98.322,32	251.097,41	224.390,80	0,39	1.488.891,48	1.713.839,51	1.694.558,25	0,87

A Tabela 13 também revela que as diferenças no padrão de financiamento entre homens e mulheres praticamente desaparecem quando comparamos o grupo de homens e mulheres eleitos. Entre os candidatos, as mulheres arrecadam somente 66% e 40% dos recursos, para os cargos de deputado estadual e federal, respectivamente. Entre os eleitos, o financiamento das mulheres se aproxima dos homens, com 97% e 102% do financiamento dos deputados estaduais e federais, respectivamente.

Isto é mais um indício que o sucesso eleitoral está vinculado a determinado padrão de financiamento. Para ter uma chance realista de sucesso nas eleições, os candidatos precisam alcançar determinado patamar de financiamento. As mulheres têm em média menos chance de obter estes recursos, parcialmente em função do acesso limitado ao financiamento pelas empresas e, por outra parte, em função das transferências menores de recursos pelos partidos políticos.

A análise da relação entre sucesso eleitoral e despesas efetivas dos candidatos deixa claro que há uma estreita correlação entre ambos, em todos os casos. As Tabelas 14 e 15 trazem os resultados da regressão logística, tendo como variável dependente o resultado eleitoral e, como variáveis explicativas, o sexo dos candidatos e o volume total de recursos alocados na campanha.

Verificamos que, para todas as eleições, há uma correlação estatisticamente significativa entre os valores alocados na campanha e a chance de sucesso eleitoral.

O peso dos recursos depende tanto do estado como do cargo em disputa. Na Bahia, as chances de sucesso eleitoral dos candidatos a deputado estadual aumentam 3,1 vezes a cada 100 mil Reais gastos, enquanto em São Paulo este valor eleva as chances somente 1,6 vezes. Para o caso dos deputados federais, cada 100 mil Reais aumentam as chances em 1,3 vezes em São Paulo.

Por outro lado, incluir o sexo como variável explicativa adicional não melhorou o modelo. Em nenhum dos casos o sexo foi um fator importante para prever os resultados eleitorais. Este resultado, em um primeiro momento, parece contradizer os achados anteriores. Identificamos antes que, em várias eleições, o sexo é uma variável importante para entender os padrões de financiamento e também da votação dos candidatos. Porém, uma explicação consistente aponta para uma relação mais estreita entre financiamento e votação. Comparando com esta conexão entre dinheiro e voto, a questão do sexo do candidato tem importância secundária. Porém, naqueles casos em que os homens recebem menos recursos, o impacto na votação será inevitável.

Tabela 14

CIRC		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp (B)
BA	DESCRICHÃO DO SEXO(1)	,405	,485	,697	1	,404	1,499
	despesa_efetiva_100mil	1,124	,139	65,452	1	,000	3,078
	Constant	-3,427	,501	46,760	1	,000	,032
PA	DESCRICHÃO DO SEXO(1)	,878	,628	1,954	1	,162	2,406
	despesa_efetiva_100mil	1,454	,191	58,241	1	,000	4,282
	Constant	-4,616	,699	43,589	1	,000	,010
SC	DESCRICHÃO DO SEXO(1)	,552	,679	,661	1	,416	1,737
	_100mil	,848	,126	45,265	1	,000	2,335
	Constant	-3,716	,685	29,431	1	,000	,024
SP	DESCRICHÃO DO SEXO(1)	,096	,404	,056	1	,812	1,101
	despesa_efetiva_100mil	,469	,036	165,751	1	,000	1,598
	Constant	-3,988	,391	104,061	1	,000	,019

Tabela 15

CIRC		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp (B)
BA	DESCRICHÃO DO SEXO(1)	1,436	1,252	1,316	1	,251	4,204
	despesa_efetiva_100mil	,490	,084	34,074	1	,000	1,633
	Constant	-3,975	1,270	9,795	1	,002	,019
PA	DESCRICHÃO DO SEXO(1)	,903	2,873	,099	1	,753	2,466
	despesa_efetiva_100mil	1,337	,314	18,168	1	,000	3,809
	Constant	-5,845	3,045	3,685	1	,055	,003
SC	DESCRICHÃO DO SEXO(1)	,809	1,115	,527	1	,468	2,247
	despesa_efetiva_100mil	,470	,108	19,108	1	,000	1,600
	Constant	-4,137	1,079	14,701	1	,000	,016
SP	DESCRICHÃO DO SEXO(1)	,394	,577	,466	1	,495	1,483
	despesa_efetiva_100mil	,275	,027	104,871	1	,000	1,316
	Constant	-4,174	,555	56,513	1	,000	,015

II.5 Conclusões

Após a emancipação política das mulheres com o sufrágio feminino no decorrer da primeira metade do século XX, e a sucessiva inclusão no mercado de trabalho durante a segunda metade, a questão da igualdade entre os sexos passa hoje pela ocupação de cargos de liderança na iniciativa privada, na administração pública e na política. Enquanto a atenção da mídia tende a recair sobre países onde mulheres preenchem posições de chefes de governo ou pastas importantes no executivo, a academia olha tipicamente para a presença de mulheres nas casas legislativas. Pela importância do legislativo para o recrutamento e formação de novas lideranças políticas e pelo caráter representativo da instituição, a presença ou ausência de mulheres neste espaço é um indicador do grau de inclusão das mulheres no âmbito do poder político.

Esta análise das candidaturas femininas e de negros para deputado estadual e federal revelou a baixa representatividade das casas legislativas brasileiras em relação à presença destes grupos entre os candidatos eleitos. No caso das mulheres, os dados permitem identificar dois momentos diferentes das campanhas, a postulação de candidaturas e a disputa das eleições. O primeiro filtro, o das candidaturas, é mais impactante, porque dos 51% de eleitoras somente 18% conseguem se candidatar nas eleições para deputado federal e estadual.

Na subsequente disputa eleitoral, o contingente das mulheres sofre baixas adicionais. A chance de mulheres candidatas se elegerem nas disputas eleitorais é menor que dos seus concorrentes homens. Porém há diferenças entre os estados. Em alguns casos, como nas eleições para deputado estadual na Bahia, as candidatas tiveram um desempenho melhor nas urnas do que os seus concorrentes masculinos.

A busca pelas razões deste desempenho revela que o financiamento das campanhas tem um papel importante. Da mesma forma como nos votos, as mulheres também recebem menos recursos em comparação com os homens. A única exceção são novamente as eleições para deputado estadual na Bahia, onde as mulheres arrecadam mais que os homens.

No caso dos negros, a falta de dados sobre a identificação étnica dos candidatos impossibilita a análise mais detalhada dos mecanismos que levam à sub-representação deste grupo no parlamento. Dispomos de informações sobre os candidatos eleitos, o que significa que a análise dos votos destes se refere a um grupo relativamente homogêneo. Em quatro das oito eleições (para deputado estadual e deputado federal nos quatro estados) verificamos diferenças na arrecadação de recursos a

favor dos candidatos negros, nos outros casos os candidatos não negros arrecadaram mais.

A relação entre financiamento e sucesso eleitoral nas disputas eleitorais no Brasil foi analisada em vários trabalhos. Identificamos aqui que o aumento da chance de se eleger em função do cargo disputado e do estado da disputa. Mas a relação entre voto e recursos é estatisticamente significativa em todas as situações.

A distribuição de recursos nas campanhas eleitorais no Brasil é extremamente desigual. Um grande número de candidatos com financiamento modesto enfrenta um pequeno grupo de candidatos que dispõem de recursos suficientes para bancar uma campanha eleitoral com profissionais caros e técnicas modernas de comunicação.

Esta distorção, que subjaz à disputa eleitoral em geral, também se traduz para a questão da representação de grupos específicos, como as mulheres ou os negros. Naqueles casos onde há diferenças significativas entre a arrecadação de recursos entre homens e mulheres, estas são diretamente corresponsáveis pelos resultados eleitorais.

III.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, C, Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil, *Revista Estudos Feministas*, n.1, p. 231-252, 2001

_____, Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Rev. Sociologia e Política*, n.24, p.193-215, 2005

_____, Mujeres y Elecciones Legislativas en Brasil: las cuotas y su (In) eficacia, in Archenti, N. y Tula, M. I. (eds), *Mujeres y Política en America Latina. Sistemas electorales y cuotas de género*, Buenos Aires, Heliasta, 2008

ARAÚJO, C; ALVES, J.E.D, Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas interações com as cotas, *DADOS-Revista de Ciências Sociais*, Vol.50, n. 3, p. 535- 577, 2007

BRAGA, A.; NASCIMENTO, A., Negros estão fora do parlamento brasileiro: balanço eleitoral do voto étnico negro presença dos negros no parlamento, *Revista África e Africanidades*, Ano 2, n. 8, 2010

BARRETT, E. J., Gender and Race in the State House: The Legislative Experience, *The Social Science Journal*, Vol.34, n.2, p.131-144, 1997

BOHN, S., Women and Candidate Quality in the Elections for the Senate: Brazil and the United States in Comparative Perspective, *Brazilian Political Science Review*, Vol. 1, n. 2, p. 74-107, 2007

_____, Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal, *Perspectivas*, v. 35, p. 63-89, 2009

CAMPOS, M.M., *Democracia, partidos e eleições: os custos do sistema partidário-eleitoral no Brasil*, Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009

CAUL, M., Women`s Representation in Parliament. The Role of Political Parties, *Party Politics*, vol.5, n.1, p.79-98, 1999

_____, Political Parties and the Adoption of Candidate Gender Quotas: A Cross-National Analysis, *Journal of Politics*, vol.63, n.4, p.1214-1229, 2001

CAUL KITTILSON, M. *Challenging Parties, Changing Parliaments. Women and Elected Office in Contemporary Western Europe*, Ohio State UP, 2006

CHILDS, S., The Complicated Relationship between Sex, Gender and the Substantive Representation of Women, *European Journal of Women's Studies*, vol.13, n.1, p.7-21, 2006

DARCY, R.; HARDLEY, C.D.; KIRSKEY, J.F. Election Systems and Representation of Black Women in American States Legislatures, in COHEN, C.J.; JONES, K.D.; TRONTO, J.C. (eds.) *Women Transforming Politics*, NY, New York UP, 1997

DIAZ, M. M., As cotas fazem diferença? Ações positivas no parlamento Belga. *Opinião Publica*, vol.9, n.1, p.68-97, 2003

GROSSI, M.P.; MIGUEL, S. M. Transformando a diferença: as mulheres na política, *Revista Estudos Feministas*, vol.9, n1, p.167-206, 2001

IBGE, *Censo Demográfico*, 2010 (www.ibge.gov.br)

JOHNSON III, O. A. Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99). *Estud. Afro-asiáticos*, n.38, p.7-29, 2000

MAINWARING, S; MENEGUELLO, R; POWER, T; *Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo*, SP, Editora Paz&Terra, 2000

MIGUEL, L.F., Political Representation and Gender in Brazil: Quotas for Women and their Impact, *Bulletin of Latin American Research*, Vol. 27, n. 2, pp. 197-214, 2008

MIGUEL, L. F. ; BIROLI, F., Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. *Opinião Publica*. Vol.15, n.1, p.55-81, 2009

_____, Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas, *Revista Estudos Feministas*, Vol.18, n.3, p. 653-679, 2011

MIGUEL, L.F.; QUEIROZ, C.M., Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil, *Revista Estudos Feministas*, Vol.14, n.2, p. 363-385, 2006

NICOLAU, J., O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. *DADOS- Revista de Ciências Sociais*, vol.49, n.4, p.689-720, 2006

NORRIS, P; LOVENDUSKI, J., *Political Recruitment: Gender, Race and Class in the British Parliament*, Cambridge University Press, 1993

OLIVEIRA, C.L.P. O negro e o poder: os negros candidatos a vereador em Salvador em 1988, *Cadernos CRH*, 1991, p. 94-116

PERISSINOTTO, R ; BOLOGNESI, B., Recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa, *Mediações_Revista de Ciências Sociais*, vol.14, n.1, 2009

POWER, T.; ZUCCO, C., Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990 –2005, A Research Communication, *Latin American Research Review*, Vol.44, n.1, 2009

REINGOLD, B. ; HARRELL, J. , The Impact of Descriptive Representation on Women's Political engagement. Does Party Matter? , *Political Research Quarterly*, Vol.63 n.2, p.280-294, 2010

SACCHET, T., Partidos políticos e (sub) representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas, in PAIVA, D. (org.): *Mulheres, poder e política*, Editora Cànone, pp.159-186, 2012

SACCHET, T; SPECK ,B., Dinheiro e Sexo na Política Brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral das mulheres em cargos legislativos, *mimeo*, 2012

SCOTT, J. O enigma da igualdade, *Revista Est. Feministas*, vol.13, n.1, p.11-30, 2005

SPECK, B.W., Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil, *Cadernos Adenauer*, ano 6, n.2, p. 123-159, 2005

SPECK, B.W. ; SACCHET, T., Financiamento eleitoral, Representação política e Gênero. Uma análise das eleições de 2006. *Opin. Publica*, vol18, n1, 2012a

_____, *Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: Uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil*, *mimeo*, 2012b

Os autores/As autoras

RACHEL MENEGUELLO

Professora do Departamento de Ciência Política
Pesquisadora do Centro de Estudos de Opinião Pública
UNICAMP
racael@unicamp.br

BRUNO WILHELM SPECK

Professor do Departamento de Ciência Política
Pesquisador do Centro de Estudos de Opinião Pública
UNICAMP
Bruno.speck@terra.com.br

TERESA SACCHET

Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas-NUPPS/USP
teresa.sacchet@gmail.com

MAÍRA KUBIK MANO

Aluna do Programa de Doutorado em Ciências Sociais
UNICAMP
mairakubik@gmail.com

FERNANDO HENRIQUE DOS SANTOS

Aluno do Programa de Mestrado em Ciência Política
UNICAMP
fernandog3@gmail.com

CAROLINE GORSKI

Aluna do Curso de Graduação em Ciências Sociais
UNICAMP
carolinegmaraujo@gmail.com



ISBN 978-85-65749-00-8



9 788565 749008